



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

EDITAL

TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2020

O **MUNICÍPIO DE IBIRACU**, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Conde D'Eu, n.º 486, Centro, Ibiracú - ES, inscrito no CNPJ sob o n.º 27.165.208/0001-17, por meio da Comissão Permanente e Licitação, nomeados através da Portaria n.º 19.478/2019 de 12/06/2019, torna público, para conhecimento dos interessados que de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais 8.883/94 e 9.648/98 e alterações posteriores fará realizar no **dia 22/09/2020 às 08 horas**, na sala de licitação, na Av. Conde D'Eu, 486, Centro, Ibiracú - ES, licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, na forma de execução indireta, no regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, do tipo **Menor Preço**, cujo objeto é a Contratação de Empresa de Engenharia para Construção de Drenagem, Pavimentação e Esgotamento Sanitário nas Ruas Josué Fiorotti e Adriana Maioli Rosalém Rocha, vias urbanas situadas no Bairro São Cristóvão do Município de Ibiracú - ES, com fornecimento de Materiais e Mão de Obra, conforme solicitação contida no Processo Administrativo n.º 2895/2020 de 19/08/2020 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura - SEMOSI, e mediante condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Local/horário/dia do recebimento dos envelopes "Documentação" e "Proposta de Preços": No protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Ibiracú, Avenida Conde D'Eu, 486, Centro, Ibiracú - ES, **até às 07 horas e 45 minutos do dia 22/09/2020**.

A **visita técnica** poderá ser realizada nos seguintes dias: **31/08/2020 à 17/09/2020**, no horário das **07h às 13h**, ficando a cargo de cada interessado, sendo necessário protocolar a solicitação com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, e que a licitante seja representada pelo seu responsável técnico, devidamente identificado. A confirmação poderá ser feita via e-mail: sec.obras4@gmail.com; ou via telefone: (27) 99822-2745.

1. OBJETO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 - A presente Tomada de Preços tem por objeto cujo objeto é a Contratação de Empresa de Engenharia para Construção de Drenagem, Pavimentação e Esgotamento Sanitário nas Ruas Josué Fiorotti e Adriana Maioli Rosalém Rocha, vias urbanas situadas no Bairro São Cristóvão do Município de Ibiracú - ES, com fornecimento de Materiais e Mão de Obra, conforme solicitação contida no Processo Administrativo n.º 2895/2020 de 19/08/2020 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura - SEMOSI, e



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

mediante condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

2 - ANEXOS

2.1 – Integram o presente Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- Carta Credencial do(s) Representante(s) na Licitação (modelo Anexo I);
- Modelo de Proposta de Preços (Anexo II);
- Declaração de que não possui em seu quadro funcional, menores de dezoito anos (modelo Anexo III);
- Declaração de conhecimento ou não-conhecimento do local onde será executada a obra (Anexo IV);
- Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo (Modelo Anexo V);
- Declaração de Indicância de Responsável Técnico (Modelo Anexo VI);
- Minuta de Contrato (Anexo VII);
- Cronograma Físico-Financeiro (Anexo VIII);
- Planilha Orçamentária (Anexo IX);
- Memorial Descritivo (Anexo X);
- Termo de Referência (Anexo XI);
- Modelo da Placa Padrão da PMI (Anexo XII);
- Demonstrativo De Capacidade Financeira (Anexo XIII);
- Projetos Básicos (Anexo XIV).

3 – FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes da presente TOMADA DE PREÇOS correrão por conta da Dotação Orçamentária abaixo discriminada.

Nomenclatura	Código	Descrição
Órgão	070	Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura - SEMOSI
Unidade	001	Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura - SEMOSI



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Dotação	070001.1545100063.010	Pavimentação e Drenagem de Ruas e Avenidas
Elemento de Despesa	44905100000	Obras e Instalações
Recurso Financeiro	15209999000	Recursos de Convênio

3.2 - Serão utilizados como fonte, para pagamento dessa despesa, os recursos, no valor de R\$ 1.415.980,39, advindos do Convênio nº 036/2020, Processo Administrativo nº 88564843, Processo SIGA nº 0001/2020, celebrado entre o Governo Estadual do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano e o Município de Ibiracú.

3.3 - O pagamento ao Contratado será feito, respeitadas as demais exigências legais, apenas caso seja feito o repasse dos valores conveniados ao Município.

4 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 - Poderá participar da presente licitação toda e qualquer empresa cadastrada no Município de Ibiracú que atenda todas as condições exigidas para cadastramento e apresente os documentos respectivos à divisão de cadastro da Prefeitura Municipal até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes (Habilitação e Proposta), marcada para o dia **22/09/2020**, observada a necessária qualificação e que atendam, dentre outras exigências constantes deste edital.

4.2 - **A visita técnica** será realizada nos seguintes dias: **31/08/2020 à 17/09/2020**, no horário das **07h às 13h**, ficando a cargo de cada interessado, sendo necessário protocolar a solicitação com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, e que a licitante seja representada pelo seu responsável técnico, devidamente identificado. A confirmação poderá ser feita via e-mail: sec.obras4@gmail.com; ou via telefone: (27) 99822-2745.

4.2.1 - As licitantes deverão requisitar, por escrito, seu comparecimento à visita técnica, com no mínimo 48h00min (quarenta e oito horas) de antecedência, devendo o requerimento ser protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Ibiracú, não sendo admitida solicitação via fax. A solicitação deverá fazer referência à **Tomada de Preços n.º 008/2020** e dirigida à Presidente da CPL. A licitante deverá indicar no requerimento o responsável técnico da empresa que comparecerá à visita técnica.

4.2.1.1 - A empresa licitante que não participar da visita técnica não será INABILITADA, contudo não poderá alegar desconhecimento das condições da área física da referida Obra para exigir quaisquer desembolso financeiro e/ou outras reivindicações da Contratante.

4.2.2 - Na ocasião será fornecido o Atestado de Visita Técnica à Obra, ao responsável técnico da licitante, que deverá ser anexado à documentação.

4.2.3 - Somente participarão da visita técnica e receberão os atestados os representantes que apresentarem a solicitação de visita e que estejam devidamente identificados como responsável técnico da empresa e que compareceram a visita.

4.3 - O cadastramento da empresa será realizado de acordo com os procedimentos administrativos



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

consolidados da Prefeitura Municipal de Ibiracu, em conformidade com a legislação vigente.

4.3.1 – Não será admitida a participação nesta Tomada de Preços, as empresas que:

- a) - Estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública;
- b) - Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, não ocorrendo à reabilitação;
- c) - Entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos, haja alguém que mantenha vínculo empregatício com o Município de Ibiracu;
- d) - Estejam em Processo de Falência;
- e) - Se façam representar por pessoa sem a devida autorização.

OBS: A Autorização de representação dar-se-á através de Carta Credencial específica para se manifestar na presente licitação em nome da proponente, com poderes para assinar ata, receber recursos e demais comunicações da Comissão Permanente de Licitação, inclusive para desistir do direito de recurso tanto da decisão de habilitação, quanto de classificação, além das demais atribuições que forem transferidas para o representante.

4.4 – É facultada a comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

4.5 – Compete à firma licitante fazer um minucioso exame do Edital, projetos, planilhas, bem como do local da obra, pois quaisquer esclarecimentos, dúvidas, modificações ou contestações, quanto às disposições deste Edital, deverão ser formuladas por escrito, em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de encerramento do recebimento dos envelopes de documentação e proposta, onde deverá ser protocolada no Protocolo Geral da PMI no horário das **07h às 13h**.

4.6 – Não serão levadas em consideração pelo Município de Ibiracu, tanto na fase de habilitação e classificação, como na fase posterior à adjudicação da obra, quaisquer consultas, pleitos, reclamações ou impugnações que não tenham sido formuladas por escrito e devidamente protocoladas, ou transcritas em ata. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

4.7 – A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA OBRA PELO PREÇO PROPOSTO E ACEITO PELO MUNICÍPIO DE IBIRACU.

4.8 – A contratada deverá possuir em seu quadro técnico, profissional de nível superior, como responsável técnico da empresa, que tenha executado serviços semelhantes aos desta Tomada de Preços, devendo comprovar os serviços através de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado, e, ainda as respectivas certidões de acervo técnico, expedidas pelo CREA/CAU, comprovando a execução das obras de construção civil referentes aos atestados (item 6.3.1.3).



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

4.9 - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.9.1 - Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, Lei 147/2014 e Lei Municipal n.º 3.063 de 13/12/2007, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme Item 6.2.1.2 deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.9.1.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.9.2 - A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.9.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

4.9.3 - Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.9.4 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.9.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

4.9.4.2 - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 4.9.1.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 4.9.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

4.9.4.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 4.9.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.9.4.4 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

4.9.4.5 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta escrita no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

4.9.4.6 - A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE QUE USUFRUIR OS BENEFÍCIOS DE QUE TRATA A LC 123/2006 E LEI 147/2014, DEVERÃO APRESENTAR, PARA COMPROVAÇÃO DE



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

TAL CONDIÇÃO, A CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL.

4.10 - Os privilégios concedidos pela LC 123/2006 serão aplicados às cooperativas, nos termos do artigo 34 da Lei nº. 11.488/07.

5 - PRAZO E EXECUÇÃO DA OBRA

5.1 - O prazo para EXECUÇÃO DA OBRA será de 08 (oito) meses, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento. Somente se iniciam ou vencem os prazos estabelecidos em dia de expediente no órgão contratante.

5.2 - Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega da obra, admitem prorrogações, mantidas as demais cláusulas do Contrato, assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no art. 57, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

- I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

5.3 - O valor orçado para a obra é de **R\$ 1.415.980,39 (um milhão e quatrocentos e quinze mil e novecentos e oitenta reais e trinta e nove centavos)**.

5.3.1 - O Município de Ibiracú pagará à CONTRATADA pela execução da obra/serviço, os preços estabelecidos nas planilhas orçamentárias apresentadas pelo vencedor desta Tomada de Preços e seu regime de contratação será de empreitada por preço global, do tipo menor preço.

5.4 - A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA OBRA PELO PREÇO PROPOSTO E ACEITO PELO MUNICÍPIO DE IBIRACU.

6 - DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

6.1 - Todos os documentos e elementos da documentação de habilitação e das propostas, contidos nos envelopes "A - Documentação para Habilitação" e "B - Proposta de Preços" que forem apresentados, datilografados, ou impressos em qualquer meio de edição eletrônica de texto, deverão estar perfeitamente legíveis, sem emendas, rasuras ou entrelinhas devidamente datadas e assinadas, as cópias deverão ser autenticadas em cartório ou por algum membro da Comissão Permanente de Licitação, sendo que, não serão autenticadas cópias no dia em que acontecer a licitação caso a Comissão verifique que não haja tempo hábil para o ato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

6.2 - DO CREDENCIAMENTO

6.2.1. Na abertura da sessão pública, conforme o dia, horário e local mencionado no preâmbulo deste Edital, o representante legal da licitante deverá realizar o seu credenciamento, entregando à CPL, apenso aos envelopes A e B, os seguintes documentos:

- a) **Apresentar Carta Credencial (Modelo Anexo I)**; a Carta Credencial será específica para se manifestar na presente licitação em nome da proponente, com poderes para assinar atas, receber recursos e demais comunicações da Comissão Permanente de Licitação, inclusive para desistir do direito de recurso tanto da decisão de habilitação, quanto de classificação, além das demais atribuições que forem transferidas para o representante; A carta Credencial deverá estar autenticada.
- b) **Cópia OU original da cédula de identidade ou documento equivalente**, para conferência e posterior devolução;
- c) **Original ou Cópia Autenticada do Registro comercial** no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades simples, acompanhada de documento comprobatório da diretoria em exercício e, ainda, decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) **Procuração hábil nos termos da Lei, OU Carta de Credenciamento** conforme modelo Anexo I;
- e) **Certidão Simplificada da Junta Comercial**, com vigência mínima de 03 (três) meses que antecede a data da realização da licitação.

6.2.2. Não será admitida a participação de um mesmo representante legal e/ou procurador para mais de um licitante.

6.2.3. **Caso o representante legal da licitante não apresente os documentos necessários para o seu devido credenciamento, conforme item 6.2.1.a-e, a licitante não será inabilitada, entretanto, seu representante perderá o direito de impugnar, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar ata e outros documentos que forem apresentados durante a licitação.**

6.3 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO, ENVELOPE “A”:

6.3.1 – Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em **original ou através de cópia autenticada** e serão os seguintes:

Avenida Conde D’Eu, 486, Centro, Ibiracú - Espírito Santo
CEP 29670-000 Tel (27) 3257-0500 – www.ibiracu.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

6.3.1.1 – Habilitação Jurídica

- a) - **Cópia da cédula de identidade do(s) sócio (s);**
- b) - **Prova de inscrição no cadastro do Município de Ibiracú** com objeto social compatível com o objeto licitado, com validade na data de realização da Licitação.
- c) - **Registro comercial**, no caso de empresa individual;
- d) - **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- e) - **Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho**, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V, do art. 27 da Lei 8666/93, conforme modelo Anexo III.
- f) - **Alvará de localização e Funcionamento**, onde for sediada a empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- g) - **Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo**, conforme modelo Anexo V;

6.3.1.2 – Regularidade Fiscal

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**Cartão CNPJ**), com data de emissão de no máximo **30 dias anteriores** à abertura da licitação;
- b) Certidão de Regularidade perante o **INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social**, com validade na data de realização da Licitação;
- c) Certidão de Regularidade de Situação – **CRS – perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, com validade na data de realização da Licitação;
- d) Certidões de Regularidade de situação quanto aos encargos tributários federais (certidões emitidas pela **Procuradoria da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal**);
- e) Certidão Negativa de Débito para com as **Fazendas Estadual e Municipal** em que for sediada a licitante e da sua filial no Estado do Espírito Santo, quando houver, com validade na data de realização da Licitação.
- f) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)** do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionadas com o objeto licitado, com validade na data de realização da licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

Observação: A regularidade perante o INSS será comprovada por meio de Certidão Negativa de Débito emitida pelo próprio INSS ou pela *RECEITA FEDERAL DO BRASIL*.

6.3.1.3 – Qualificação Técnica

- a) **Declaração de Indicação de Responsável Técnico**, conforme modelo Anexo VI;
- b) **Declaração de CONHECIMENTO OU NÃO-CONHECIMENTO do local onde será executada a obra**, nos termos do inciso III, do art. 30 da Lei 8666/93, conforme modelo Anexo IV;
- c) Para fins de comprovação técnico-profissional, a licitante deverá comprovar que possui em seu quadro técnico (empregados, sócios ou diretores), na data prevista para a entrega dos envelopes, profissional(is) de nível superior, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica por **execução de obra ou serviços com características semelhantes ao objeto licitado**, devendo o(s) atestado(s) ser(em) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia OU, CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
- d) A Licitante deverá apresentar Comprovante de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou, Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da LICITANTE e de seu responsável técnico, na sede da LICITANTE e visto no CREA-ES, no caso de LICITANTES com sede em outros Estados, sendo inválido o documento que não apresentar rigorosamente a situação atualizada da LICITANTE, conforme resolução nº 266/79 do CONFEA.
- e) O profissional de nível superior detentor do acervo técnico poderá ser diretor, sócio ou fazer parte do quadro permanente da **LICITANTE**, na condição de empregado, ou contratado, devendo comprovar, obrigatoriamente, sua vinculação com a LICITANTE, através de Contrato de Prestação de Serviços, Carteira de Trabalho ou Ficha de Registro de Empregado, quando este não fizer parte do Contrato Social da LICITANTE, cujo vínculo deverá existir na data da apresentação das propostas do referido Edital e deverá estar devidamente registrado no Conselho Regional regulamentador do exercício profissional, comprovando, obrigatoriamente tal condição, através da documentação necessária;

6.3.1.4 – Qualificação Financeira

- a) **Certidão negativa do Cartório de Registro de Falências e Concordatas**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a *60 (sessenta) dias* da data da



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

a.1) Ficam aptas a participarem as empresas em recuperação judicial, desde que devidamente comprovada.

b) - Prova de possuir Capital Social Integralizado, não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da obra ou ainda a comprovação prevista no art. 31, parágrafo 3º da Lei 8.666/93, com a atualização através de índice oficial para a data de abertura das propostas.

c) - **Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social** já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O balanço das Sociedades Anônimas ou por Ações, deverá ser apresentado em publicação no “Diário Oficial”, enquanto as demais deverão apresentar cópia do Livro Diário onde se encontrar lavrado o balanço e demonstrações contábeis, devidamente certificado por contador registrado no Conselho de Contabilidade e registrado na Junta comercial, todas as páginas do balanço.

d) Deverão acompanhar cópias do Termo de Abertura e de Encerramento do Livro Diário;

e) Prova de regularidade do profissional responsável pela contabilidade junto ao CRC-ES.

f) **Cálculo da Capacidade Financeira Líquida (ILC,ILG)**, conforme modelo Anexo XIV, que deverá ser igual ou superior a 1,00 (um por cento) e o GE(Grau de Endividamento) deverá ser igual ou menor que 0,50 (zero virgula cinquenta).

6.4 – OBSERVAÇÃO

a) – A documentação apresentada será anexada ao processo e, caso seja cópia, essa deverá estar autenticada em cartório ou por algum membro da Comissão Permanente de Licitação, que não autenticará documentos no dia da abertura do certame, caso a Comissão verifique que não haja tempo hábil para o ato.

b) – Caso as certidões expedidas pelas fazendas estaduais e municipais não tragam consignados os respectivos prazos de validade, a Comissão Permanente de Licitação considerará como máximos os prazos vigentes de 60 (sessenta) dias.

c) – Para efeito de apresentação dos documentos e certidões acima mencionados não serão aceitos quaisquer protocolos.

d) – A CPL se reserva ao direito de realizar buscas e extrair certidões para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela comissão, além de incorrer nas sanções previstas neste edital.

e) – A aceitação dos dados via “internet”, conforme o caso ficará condicionado à confirmação de sua validade pela Comissão Permanente de Licitação.

g) - Na ausência de qualquer documento da fase habilitatória, a CPL INABILITARÁ a empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

licitante.

6.5 – PROPOSTA DE PREÇOS – “ENVELOPE B”

6.5.1 – O conteúdo do envelope de proposta de preços deverá constar de:

- Carta proposta firmada pelo representante legal da firma licitante, contendo os seguintes itens:

I - A proposta deverá conter data, assinatura e identificação da empresa;

II - Preço proposto, em algarismo e por extenso, unitário e total;

III - Prazo de Execução do Objeto da licitação, com cronograma físico-financeiro;

IV - Validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (Sessenta) dias, contados da data da abertura da licitação;

V - DECLARAÇÃO EXPRESSA de que a proponente ENTREGARÁ A OBRA NOS PRAZOS ESTIPULADOS POR ESTE EDITAL e concordando com as penalidades neles previstos, caso não entregue;

VI - A declaração de que trata o item V, deve ser apresentada em papel timbrado da Licitante, bem como firmado pelo seu representante legal;

6.5.2. Os preços das proponentes referir-se-ão ao mês de abertura das propostas de preços.

6.5.3. Nos preços propostos estarão inclusos todos os custos com transporte, carga e descarga de materiais, taxas, impostos, tributos, lucros e quaisquer outros encargos e/ou custos que incidam sobre os materiais.

6.5.3.1. Os preços deverão considerar todos os encargos observados no item anterior, considerando que os serviços objetos deverão ser executados no Município de Ibiracu – ES, livre de quaisquer outras despesas.

6.5.4. Será desclassificada a proposta que apresentar vantagens não previstas neste Edital, assim como aquelas que contenham ressalvas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

6.5.5. Prazo previsto para execução da obra é de 08 (oito) meses, contados da data do recebimento e assinatura da Ordem de Serviço;

7 – APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

7.1 - O recebimento dos envelopes de “Documentação de Habilitação - Envelope “A” e Envelope “B” Proposta de Preço” - dar-se-á no local, data e horário constante no preâmbulo deste edital em envelope fechado e rubricado, contendo na parte externa a razão social da proponente, e ainda a seguinte indicação:

ENVELOPE HABILITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Ibiracu

Comissão Permanente de Licitação

Ref. TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2020

Razão Social e endereço completo da Licitante

Email e telefone:

ENVELOPE PROPOSTA COMERCIAL

Prefeitura Municipal de Ibiracu



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Comissão Permanente de Licitação
Ref. TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2020

Razão Social e endereço completo da Licitante
Email e telefone:

8 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES

8.1 - No local, dia e hora estabelecidos neste edital, a CPL instalará reunião para abertura dos envelopes contendo a documentação e as propostas, obedecendo a seguinte seqüência:

8.1.1 - O presidente da CPL receberá os envelopes lacrados, contendo os documentos para habilitação e a Proposta de Preços;

8.1.2 - Identificação dos representantes legais das empresas com a apresentação das devidas Carteiras de Identidades e Cartas Credenciais, quando for o caso;

8.1.3 - Abertos os "ENVELOPES HABILITAÇÃO", o seu conteúdo, depois de rubricado pela Comissão, será oferecido à rubrica por parte dos representantes das firmas participantes da licitação;

8.1.4 - A CPL verificará a documentação apresentada e a licitante que não atender às exigências estabelecidas no Edital será devolvido fechado, o envelope "PROPOSTA COMERCIAL", desde que não haja recurso ou após a denegação deste;

8.1.5 - Havendo inabilitação de alguma Proponente, serão consideradas 2 (duas) situações:

1ª - A proponente não pretende recorrer da decisão da comissão de Licitação, caso em que, ser-lhe-á devolvido, fechado e contra recibo, o envelope e registrada em ata a sua renúncia ao recurso.

2ª - A proponente dispõe a apresentar recurso:

Neste caso, a Comissão suspenderá a reunião retendo os envelopes "Proposta de Preços", que deverão ser rubricados pela Comissão Permanente de Licitação, dispondo a proponente de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da ciência da inabilitação, para encaminhamento do seu recurso, marcando-se nova data para a abertura dos Envelopes.

8.1.6 - Caso haja impugnação de alguma decisão da Comissão, a sessão será suspensa pelo prazo de 05 (cinco) dias, com vistas a dirimir as dúvidas surgidas e/ou, se for o caso para interposição de recursos;

8.1.7 - Esgotados os procedimentos recursais e persistindo a inabilitação a licitante inabilitada terá sua respectiva proposta de preços "ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS" devolvida, envelope fechado, contra recibo;

8.1.8 - Estando todas as licitantes presentes e não havendo interposição de recursos pelas mesmas, a reunião de abertura dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS", poderá ser realizada no mesmo dia, hora e local da reunião, devendo na oportunidade serem rubricados por todos os presentes os envelopes fechados;

8.1.9 - Verificação de autenticidade dos envelopes (apenas no caso de suspensão da reunião);



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

8.1.10 – Abertura dos envelopes “PROPOSTA DE PREÇOS”, oportunidade em que os membros da CPL e os representantes legais das proponentes rubricarão todos os documentos neles contidos.

8.2 – Das reuniões de verificação de documentação e de propostas serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todas as propostas, com a transcrição dos respectivos preços totais, registradas as reclamações e impugnações feitas e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento da Tomada De Preços. As atas serão assinadas pelos membros da comissão e, facultativamente, pelos representantes das proponentes.

9 – AVALIAÇÃO, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1 – O critério a ser utilizado na avaliação e julgamento das propostas de preços consideradas habilitadas, será o adiante descrito:

9.2 – A análise de julgamento das propostas de preços será realizada em duas fases:

a) - FASE ELIMINATÓRIA:

Serão desclassificadas as PROPOSTAS que:

a.1 – Estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação quantitativa da obra licitada;

a.2 – Contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente Edital de Tomada de Preços;

a.3 – Apresentarem preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos ou salários do mercado, acrescido dos respectivos encargos, salvo a exceção prevista no parágrafo 3º do art. 44 da Lei 8666/93, com redação da Lei 8.883 de 08/06/94;

a.4 – Contiverem preços unitários e/ou global manifestamente inexequíveis cujos custos dos insumos não sejam coerentes com os de mercado;

a.5 – Os preços unitários e o preço global máximos admitidos são os constantes no Orçamento Estimado, conforme Anexo VIII do Edital.

a.6 – Empresa ou firma que tenha como proprietário, sócios, ou que mantenha qualquer outro vínculo de trabalho com Servidor público pertencente ao quadro funcional desta Prefeitura Municipal, nos termos do Inciso III do Art. 9º da lei 8.666/93.

b) - FASE FINAL DE CLASSIFICAÇÃO

b.1 - Será considerada vencedora, a proponente habilitada que satisfaça as exigências da fase eliminatória deste Edital e, que tenha apresentada a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL.

b.2 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no parágrafo 2º



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

do art. 3º da Lei 8666/93, o desempate será conforme previsto no parágrafo 2º do art. 45 da Lei 8666/93.

9.3 – Os preços unitários propostos deverão incluir todos os impostos e taxas vigentes na Legislação Brasileira para os serviços em questão, e também, todos os custos diretos e indiretos inerentes, tais como: despesas com pessoal, incluindo as obrigações sociais e trabalhistas, adicionais de horas extras e noturnas, adicionais de periculosidade e insalubridade, alojamento, alimentação, assistência médica, hospitalar e ambulatorial, deslocamentos de qualquer natureza, máquinas, ferramentas e equipamentos, inclusive operação, manutenção e combustíveis, despesas administrativas locais e centrais, apoios eventuais diversos; lucro, tributos – inclusive para fiscais –, encargos, taxas e seguros de qualquer natureza, inclusive contra riscos a que possam estar expostos a terceiros, além de outros não mencionados, porém necessários ao cumprimento do objeto deste Edital, eximindo-se a Prefeitura de quaisquer ônus adicionais aos preços contratados.

9.4 – Orçamento detalhado da obra, deverá ser apresentado com duas casas decimais após a vírgula em planilha truncada, com quantitativos, custos unitários, parciais e totais dos serviços especificados, datados, carimbados e assinados pelo engenheiro responsável técnico da empresa na última folha, onde conste o valor global da obra, e rubricado em todo o restante das folhas.

9.5 – A planilha orçamentária da prefeitura municipal, deste edital, apresenta os preços unitários e quantidade de serviços. Os preços unitários devem ser considerados como estimados, cabendo à Licitante, segundo metodologia própria, avaliar e adotar seus próprios valores, desde que não superiores aos adotados;

9.6 – Os preços unitários não poderão ser superiores aos adotados e nem irrisórios ou inexequíveis, não podendo conter mais que duas casas após a vírgula;

9.7 – A licitante deverá utilizar equipamentos em perfeitas condições de operacionalidade, que atendam a demanda e especificações técnicas exigidas para os serviços.

9.8 – O Município de Ibiracú poderá desclassificar licitantes até a assinatura do contrato por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

OBSERVAÇÕES:

Nos casos em que a CPL constate a existência de erros numéricos nas propostas, serão procedidas as correções necessárias para apuração dos preços globais obedecida a seguinte disposição:

- 1) **Havendo divergência entre o valor global registrado sob forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá o menor dos valores;**
- 2) **Havendo divergência nos subtotais provenientes dos produtos de quantitativos por preço unitário, a CPL procederá à correção dos subtotais, mantidos os quantitativos e os preços unitários das propostas.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

- 3) Se a proponente não aceitar a correção do erro sua proposta será rejeitada;
- 4) Ocorrendo algum erro de digitação que não interfira em sua proposta, essa será corrigida pelo Presidente da CPL e assinada por todos presentes.
- 5) **Nenhum preço proposto poderá ultrapassar o valor do preço unitário da Planilha Orcamentária.**
- 6) na hipótese de erro de soma ou multiplicação do quantitativo pelo unitário, a empresa deverá ajustar seus valores para que prevaleça o valor total da proposta, uma vez que o preço para o julgamento final será considerado o valor total da proposta.

10 - RECURSOS

10.1 - Os recursos serão processados e julgados nos termos da Lei 8.666/93 especialmente o disposto no seu art. 109.

10.2 - Decairá o direito de impugnar os termos do presente Edital perante a Administração, a licitante que, tendo os aceito sem objeção, venha apontar depois do julgamento, faltas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

10.3 - Estará sempre ressalvado ao Município de Ibiracú, antes de concretizar a contratação, o direito de revogar a licitação por interesse público ou conveniência administrativa, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, do que dará ciência aos interessados.

11 - ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

11.1 - Após a homologação do resultado da licitação pelo Município de Ibiracú, a adjudicação dos serviços objeto desta TOMADA DE PREÇOS se efetivará por meio de contrato a ser firmado com a firma vencedora, de acordo com a minuta constante do MODELO ANEXO VII - Minuta do Contrato, que define os direitos e obrigações do Município e da contratada e do qual fazem parte o presente Edital e seus Anexos, independentemente de transcrição.

11.2 - A firma vencedora será convocada pelo Município de Ibiracú, para **assinatura do respectivo contrato no prazo de 05 (CINCO) DIAS corridos a partir da data da convocação.** Se esta não aceitar assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido, o Município poderá convocar na ordem de igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente das sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, consolidada.

12 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

12.1 - A contratada obrigará-se a desenvolver a obra objeto deste Edital sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do fiel



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

cumprimento do contrato.

12.2 - O representante da Administração Municipal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassem o limite de competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores para a adoção das medidas cabíveis.

12.3 - A CONTRATADA obrigará-se a manter no local da realização da obra o seu responsável técnico, ou fazer-se representar no local por engenheiro residente habilitado junto ao CREA para dar execução ao Contrato.

12.4 - O Município de Ibiracú poderá exigir a substituição de empregados da CONTRATADA, no interesse do cumprimento do contrato, cabendo o ônus à CONTRATADA.

12.5 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, construir, ou substituir, em até 10 (dez) dias, às suas expensas no total ou em parte o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da obra ou de materiais empregados.

12.6 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais da execução do Contrato.

12.6.1 - A inadimplência da CONTRATADA em referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e/ou comerciais não transferem à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso da obra.

12.7 - Cabe à CONTRATADA, permitir e facilitar à fiscalização a inspeção ao local da obra, em qualquer dia e hora devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

12.8 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade, o fato de ser fiscalizada pelo CONTRATANTE.

13 - FORMA DE PAGAMENTO

13.1 - O pagamento dos serviços a serem executados será efetuado parceladamente, por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com as medições efetuadas pela fiscalização do CONTRATANTE.

13.2 - As medições da obra serão efetuadas pela fiscalização sempre no último dia útil do mês. Será observado o prazo de 10 (dez) dias, contados da data de encerramento de cada etapa de execução do Contrato (último dia útil do mês), para verificação, conferência e liberação da medição.

13.3 - Os pagamentos dos serviços realizados serão efetuados em até 30 (trinta) dias, a contar da liberação da medição, resultante da execução da etapa da obra e apresentação da nota fiscal.

13.4 - Os pagamentos só serão efetuados mediante apresentação dos seguintes documentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

- a) - Nota Fiscal dos Serviços;
- b) - Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda Pública Municipal – todas as faturas;
- c) - Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA) – 1ª Fatura;
- d) - Matrícula da obra junto ao INSS – 1ª Fatura;
- e) - Prova de recolhimento junto ao INSS e FGTS referente aos serviços cobrados – todas as faturas;
- f) - Prova de pagamento de pessoal referente aos serviços cobrados - todas as faturas;
- g) - Certidão Negativa de Débito do INSS – última fatura;
- h) - Certificado de Conclusão e Termo de Recebimento Provisório – última fatura, que deverá ser requerido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, sendo o mesmo fornecido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da solicitação.
- i) – Certidão de Débitos Trabalhistas – CNDT.

13.5 – É vedada a antecipação de pagamentos sem a contratação dos serviços.

14 – REAJUSTAMENTO

14.1 - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no Art. 57, § 1º da Lei 8.666/1993.

14.2 - Os preços propostos pela contratada poderão ser reajustados, após o transcurso de prazo de 1(um) ano, contado da apresentação de proposta de preços de acordo com o Índice de Reajustamento da Fundação Getúlio Vargas.

15 – ALTERAÇÕES

15.1 – Quaisquer modificações ou alterações a ser introduzida no Edital terá divulgação pela mesma forma que se deu o texto original com a consequente reabertura do prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.2 – O Município de Ibiracú se reserva o direito de anular ou revogar, total ou parcialmente, a presente TOMADA DE PREÇOS, fato que deverá estar devidamente comprovado nos autos, através de parecer do Setor Competente da Prefeitura Municipal.

15.3 – Caso as datas previstas para entrega e abertura das Propostas relativas à **TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2020** sejam declaradas feriados ou ponto facultativo, aqueles eventos serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora previstos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

15.4 – Os casos omissos serão resolvidos pela CPL, à vista das disposições legais vigentes, aplicáveis ao assunto. Ao Município se reserva prerrogativas de reexame da matéria, a seu critério, desde que tal se justifique ou recomende.

15.5 – O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

15.5.1 – Unilateralmente pela Administração:

- a) - Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) - Quando necessária a modificação do prazo ou do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objetivo, observados os limites legais estabelecidos nos parágrafos 1º e 2º do artigo 65 da Lei 8.666/93;

28.5.2 – Por acordo entre as partes:

- a) - quando necessária a modificação do regime de execução da obra, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação da execução da obra.

16 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1 – As obras/serviços, objeto desta TOMADA DE PREÇOS, abrangem além do fornecimento do material e mão-de-obra necessários aos serviços, os seguintes encargos e obrigações:

16.1.1 – Fornecimento e manutenção de um diário de Obras, permanentemente disponível, para lançamentos a cargo da Contratada e da Fiscalização. Este documento será assinado pelo responsável da empresa e por representante da Seção de Fiscalização de Obras do Município de Ibiracú.

16.1.2. – Anotação de responsabilidade técnica do contrato no CREA/ES;

16.1.3 – Instalação de placa indicativa dos responsáveis técnicos, e demais placas porventura exigidas;

16.1.4 – Entrega ao Contratante de todo material retirado ou substituído, considerado pela Fiscalização como aproveitável.

16.1.5 – A CONTRATADA deverá cumprir o limite legal da jornada de trabalho, assim como respeitar todas as determinações contidas nas legislações trabalhistas e previdenciária.

16.1.6 – A CONTRATADA deverá fornecer o transporte coletivo adequado ao pessoal empregado na execução dos serviços, sendo vedada a utilização de veículos do Município de Ibiracú, bem como o transporte de pessoal em carroceria de caminhão.

16.2 – Ficará a CONTRATADA obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a Fiscalização da



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

obra/serviços, facultando o livre acesso dos fiscais ao local do trabalho, bem como aos depósitos, instalações, registros e documentos pertinentes com o negócio contratado.

16.3 - A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da Ordem de Serviços, o currículo do engenheiro residente indicado para a obra/serviços caso não seja o signatário da proposta, e desde que satisfaça as exigências contidas no **item 4.8**, deste Edital.

16.4 - A CONTRATADA não poderá repassar qualquer custo para seu empregado, que seja de transporte, alimentação, uniforme ou outros inerentes que vier a ser firmado.

16.5 - Esclarecimentos de dúvidas de caráter técnico-legal na interpretação dos termos deste Edital serão dirimidas mediante solicitação por escrito, endereçado ao Presidente da CPL do Município de Ibiracú, no horários de 07 hs às 13 hs de segundas às sextas-feiras.

16.6 - Poderão ser convidados a colaborar com a Comissão de Licitação, assessorando-a quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculada direta ou indiretamente a qualquer das licitantes, ligados ou não ao Município de Ibiracú.

17.7 - OUTRAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA:

17.7.1 - Cumprir os serviços com zelo, perfeição, higiene, eficiência e pontualidade.

17.7.2 - Fornecer toda mão de obra, material de consumo, maquinário, etc, nos níveis requeridos para realização dos serviços.

17.7.3 - Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive com os tributos e contribuições parafiscais incidentes.

17.7.4 - A Licitante vencedora será a única e exclusiva responsável pelos salários de seus empregados, bem como por todas as exigências de Legislação Trabalhista, Fiscal e de Previdência Social, não existindo de modo algum, entre seus empregados e o Município de Ibiracú vínculo de qualquer natureza, correndo por conta da Licitante Vencedora, também todas as despesas com rescisão e indenizações, em função do contrato que vier a ser firmado.

17.8 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades estabelecidas.

17.9 - Estará sempre ressalvado ao Município de Ibiracú, antes da assinatura do Contrato e em razão de fato superveniente devidamente comprovado, o direito de revogar ou anular esta Licitação, de acordo com o art. 49 da Lei n.º 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU

Ibiracú – ES, 28 de agosto de 2020.

Carolina Araújo Modenesi
Presidente da CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU

ANEXO I

CARTA CREDENCIAL DO REPRESENTANTE(S) NA LICITAÇÃO

PROPONENTE:

LOCAL E DATA:

AO
MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ASSUNTO: PROPOSTA PARA EXECUÇÃO DA OBRA OBJETO DO EDITAL DE **TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2020**.

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela Empresa _____, vem pela presente, informar a V.S^a., que o (a) Senhor (a) _____, Carteira de Identidade n.º _____ está autorizado a acompanhar a **TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2020** em epígrafe, podendo para tanto, impugnar, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim o que preciso for para o fiel cumprimento do presente credenciamento.

Atenciosamente,

Nome(s) e assinatura(s) do (s) responsável (eis) legal (ais) pela proponente



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU

ANEXO II

CARTA RESUMO DA PROPOSTA DE PREÇOS

AO
MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ref.: PROPOSTA PARA EXECUÇÃO DA OBRA OBJETO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2020.

Prezados Senhores,

- 1) Pela presente, submetemos à apreciação de V.S.^{as}, a nossa Proposta relativa à **TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2020**, em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declarando aceitar as condições prescritas nos documentos da TOMADA DE PREÇOS.
- 2) Nosso preço global para execução é o seguinte:
R\$ 000,00 (_____ extenso _____), conforme descrito em nossa planilha orçamentária de preços unitários;
- 3) A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a partir da data de sua apresentação.
- 4) Os pagamentos serão de acordo com medições mensais e realizados até o último dia do mês subsequente ao da prestação da obra, contando a partir da apresentação da fatura no prazo de até 30 (trinta) dias.
- 5) A Proposta de Preços apresenta orçamento conforme prevê o Edital de Licitação.
- 6) O prazo de Execução de Obra será de 08 (oito) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço;
- 7) Declaramos que estamos de acordo e aceitamos todas as condições prescritas neste Edital e seus anexos.
- 8) Se detectada pela fiscalização do Município de Ibiracú a necessidade de inclusão e/ou substituição de equipamentos e/ou pessoal necessário ao cumprimento do cronograma, o fato deverá ser registrado no livro diário de obras e a Empresa tem até 05 (cinco) dias para atender a solicitação, sob pena de pagamento de multa como prevista no item Penalidades.
- 9) Informamos que o (s) Sr. (s) é (são) nosso (s) representante (s) credenciado (s) a responder por nossa Empresa junto a V.S.^a. tudo que fizer necessário durante os trabalhos da Licitação.
- 10) Declaração de que no preço apresentado, referente ao mês da entrega dos envelopes, estarão compreendidos todas as despesas, que direta ou indiretamente, decorram da execução da obra objeto desta licitação, inclusive todos os tributos incidentes sobre a mesma;

Atenciosamente,

Nome(s) e assinatura(s) do (s) responsável (eis) legal (ais) pela proponente

Local, de 2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CF/88

Referência: TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2020.

A empresa:, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador da Carteira de Identidade Nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, DOU de 28/10/1999, que não emprega menor de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. (.....).

Ibiracú, de de 2020.

.....

(Representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Obs.: Estas Declarações deverão ser impressas em papel timbrado da licitante e entregue no envelope "A" documentação, pois fazem parte dos referidos documentos de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO OU NÃO-CONHECIMENTO DO LOCAL ONDE SERÃO EXECUTADAS AS OBRAS

AO
MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO OU NÃO-CONHECIMENTO DO LOCAL ONDE SERÃO EXECUTADAS AS OBRAS OBJETO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2020

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos conhecer a área onde será executada a obra, objeto da **TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2020**, bem como as condições em que a mesma se encontra.

Local/ES, de 2020.

Atenciosamente,

Nome(s) e assinatura(s) do (s) responsável (eis) legal (ais) pela proponente

Obs.:

As empresas licitantes que não participarem da visita técnica não serão INABILITADAS, contudo não poderão alegar desconhecimento das condições da área física da referida Obra para exigir quaisquer desembolso financeiro e/ou outras reivindicações correlatas à Contratante.

Para as Empresas que não fizeram a visita técnica.

Declaramos estar cientes das conseqüências descritas acima com relação a não realização da VISITA TÉCNICA.

Local/ES, de 2020.

Atenciosamente,

Nome(s) e assinatura(s) do (s) responsável (eis) legal (ais) pela proponente



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

AO
MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ASSUNTO: PROPOSTA PARA EXECUÇÃO DA OBRA OBJETO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2020

LOCAL E DATA:

Prezados Senhores,

Em atendimento à determinação do Edital referenciado, em seu subitem, letra “..”, declaramos sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato impeditivo para a habilitação de nossa empresa para apresentar proposta objeto desta licitação.

Declaramos ainda, que não houve qualquer alteração na qualidade técnica constante do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Ibiracú.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Nome(s) e assinatura(s) do (s) responsável (eis) legal (ais) pela proponente



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INDICÂNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

AO
MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DE INDICÂNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA OBRA OBJETO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2020

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador da Carteira de Identidade Nº e do CPF nº, INDICA o Engenheiro Civil Sr.(a), para ser o responsável técnico da obra objeto da **TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2020**.

Local/ES, de 2020.

Atenciosamente,

Nome(s) e assinatura(s) do (s) responsável (eis) legal (ais) pela proponente



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

ANEXO VII

CONTRATO Nº 000/2020

PROCESSO Nº 2895/2020 de 19/08/2020
TOMADA DE PREÇOS n.º 008/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IBIRACU
E A EMPRESA:

.....

O **MUNICÍPIO DE IBIRACU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Conde D'Eu, nº 486, Centro, Ibiracú – ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.208/0001-17 neste ato representado pelo Prefeito Exmº. Sr. Sr. **EDUARDO MAROZZI ZANOTTI**, brasileiro, solteiro, Agricultor, inscrito no CPF sob o nº 979.396.177-53, CI nº 951.826-ES, residente na Fazenda da Penha, Zona Rural, s/nº, Taquaraçu, Ibiracú/ES, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede na Rua CEP, representada neste ato pelo Sr., brasileiro (a), (estado Civil), inscrito no CPF sob n.º residente na Rua CEP, doravante denominada **CONTRATADA**, objeto da Tomada de Preços n.º 008/2020, oriundo do Processo n.º 2895/2020 de 19/08/2020, da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura - SEMOSI, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal, resolvem assinar o presente CONTRATO, de acordo com a Lei n.º 8.666/93 consolidada e demais legislações pertinentes, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1 – O presente Contrato tem por objeto a Contratação de Empresa de Engenharia para Construção de Drenagem, Pavimentação e Esgotamento Sanitário nas Ruas Josué Fiorotti e Adriana Maioli Rosalém Rocha, vias urbanas situadas no Bairro São Cristóvão do Município de Ibiracú – ES, com fornecimento de Materiais e Mão de Obra, conforme solicitação contida no Processo Administrativo n.º 2895/2020 de 19/08/2020 da Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura - SEMOSI, e mediante condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA DO CONTRATO E MEDIÇÕES

2.1 – O prazo para EXECUÇÃO DA OBRA objeto deste contrato será de **08 (oito) meses** contados da Emissão da Ordem de Serviços.

2.1.1 – Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma de aditivo, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

- I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 8666/93;
- V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

2.1.2 – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, na forma de aditivo.

2.2 – O prazo de VIGÊNCIA DO CONTRATO será celebrado até 02/07/2021, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial, podendo ser prorrogado conforme prorrogação do prazo de vigência do convênio.

2.2.1 – A vigência deste contrato fica condicionado ao prazo de vigência do Convênio nº 036/2020 celebrado entre o Governo Federal do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano e o Município de Ibiracú.

2.3 – O início da obra dar-se-á a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço expedida pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

2.4 – Serão elaboradas pela Contratada, medições dos serviços executados, aplicando-se os preços unitários da planilha, às quantidades medidas, que serão aprovadas e liberadas pela fiscalização do Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – Pela execução da obra prevista na Cláusula Primeira, o Contratante pagará à Contratada o valor de R\$(.....) , irrevogável pelo período contratado.

3.2 – O pagamento dos serviços a serem executados será efetuado em parcelas mensais, pelos serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com as medições efetuadas pela fiscalização do CONTRATANTE.

3.3 – As medições da obra serão efetuadas pela fiscalização sempre no último dia útil do mês. Será observado o prazo de 10 (dez) dias, contados da data de encerramento de cada etapa de execução do Contrato (último dia útil do mês), para verificação, conferência e liberação da medição.

3.4 – Os pagamentos dos serviços realizados serão efetuados em até 30 (trinta) dias, a contar da liberação de medição e após a apresentação da Nota Fiscal, resultante da execução da etapa da obra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

3.5 – Os pagamentos só serão efetuados mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal dos Serviços;
- b) Certidão Negativa de Débito junto à Fazenda Pública Municipal – todas as faturas;
- c) Anotação de Responsabilidade Técnica (CREA) – 1ª Fatura;
- d) Matrícula da obra junto ao INSS – 1ª Fatura;
- e) Prova de recolhimento junto ao INSS e FGTS referente aos serviços cobrados – todas as faturas;
- f) Prova de pagamento de pessoal referente aos serviços cobrados - todas as faturas;
- g) Certidão Negativa de Débito do INSS – última fatura;
- h) Certificado de Conclusão e Termo de Recebimento Provisório – última fatura, que deverá ser requerido pelo CONTRATADO a PMI, sendo o mesmo fornecido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da solicitação;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

3.6 – É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação dos serviços.

3.7 – Os preços propostos serão fixos, não cabendo à CONTRATADA pleitear reajuste durante a execução do Contrato.

3.8 - Apenas os serviços aprovados pela CONTRATANTE poderão ser incluídos na medição. Se a CONTRATANTE recusar algum serviço, a CONTRATADA deverá refazê-lo às suas expensas.

3.97 - O Boletim de Medição deverá conter, além das colunas da Planilha de Serviços e Preços, as seguintes colunas extras:

- a) Percentual Acumulado Até a Medição Anterior;
- b) Preço Total Acumulado Até a Medição Anterior;
- c) O Boletim de Medição deverá conter todos os serviços presentes na Planilha de Serviços e Preços, mesmo aqueles que não tenham quantidade medida no período;
- d) O Boletim de Medição deverá ser apresentado em formato A4 (210x297mm) e ter, em cada folha:
 - d.1.) Código do contrato;
 - d.2.) Aprovação da CONTRATANTE;
 - d.3.) Número da folha;
 - d.4.) Período de referência da Medição.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes da presente Tomada de Preços correrão por conta da Dotação Orçamentária abaixo discriminada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

Nomenclatura	Código	Descrição
Órgão	070	Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura - SEMOSI
Unidade	001	Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura - SEMOSI
Dotação	070001.1545100063.010	Pavimentação e Drenagem de Ruas e Avenidas
Elemento de Despesa	44905100000	Obras e Instalações
Recurso Financeiro	15209999000	Recursos de Convênio

4.2 - Serão utilizados como fonte, para pagamento dessa despesa, os recursos, no valor de R\$ 1.415.980,39, advindos do Convênio nº 036/2020, Processo Administrativo nº 88564843, Processo SIGA nº 0001/2020, celebrado entre o Governo Estadual do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano e o Município de Ibiracú.

4.3 - O pagamento ao Contratado será feito, respeitadas as demais exigências legais, apenas caso seja feito o repasse dos valores conveniados ao Município.

CLÁUSULA QUINTA - EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA

5.1 - Para a realização dos serviços estabelecidos neste Contrato, a Contratada deverá utilizar pessoal próprio, mão de obra especializada, ferramentas e materiais próprios e adequados, dentro dos padrões de segurança, sempre com o acompanhamento de engenheiro responsável.

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

6.1- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- i.** Fornecer à CONTRATADA os elementos básicos, especificações e instruções complementares, suficientes e necessários à respectiva execução;
- ii.** Fiscalizar a execução dos serviços por um representante da CONTRATANTE, determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.
- iii.** Efetuar o pagamento dos serviços nos prazos estabelecidos, mediante a apresentação dos documentos hábeis para prática de tal ato;
- iv.** Caberá à CONTRATANTE emitir a Ordem de Serviço à CONTRATADA para execução das obras e serviços de engenharia indicados na licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

- v. A Ordem de Serviço será emitida logo após a data de assinatura do contrato, tendo um prazo de 05 dias uteis para o inicio das obras.
- vi. Aceitar, para fins de pagamento, os serviços bem executados e rejeitar os serviços que não estejam de acordo com o projeto, exigindo da CONTRATADA a substituição, reparo ou refazimento daquilo que for rejeitado;
- vii. Conferir e atestar a exatidão das faturas correspondentes às medições de serviços executados, encaminhando-as para pagamento;
- viii. Determinar o afastamento do pessoal da CONTRATADA, mobilizado para a execução dos serviços, em caso de conduta imprópria, a seu exclusivo critério.
- ix. Representar junto à CONTRATADA no trato dos assuntos pertinentes à execução das obras e serviços de engenharia objeto do Contrato;
- x. Analisar e aprovar a programação de atividades elaborada pela CONTRATADA;
- xi. Dirimir as dúvidas da CONTRATADA que porventura surjam durante a execução dos serviços, com relação a qualquer aspecto ligado ao objeto do Contrato;
- xii. Acompanhar a CONTRATADA na medição dos serviços executados e aceitos, determinando os serviços a serem inseridos nos Boletins de Medição e autorizando a CONTRATADA a apresentar as faturas correspondentes para pagamento;

6.2- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- i. Cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que no prazo estabelecido, os serviços sejam inteiramente concluídos e acabados;
- ii. Manter durante toda a execução do projeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- iii. Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópia dos documentos de quitação;
- iv. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

- v. Assumir integral responsabilidade pela cobertura de acidentes de trabalho aos seus empregados e prepostos, e, perdas e danos a terceiros e à CONTRATANTE, porventura resultantes de suas atividades;
- vi. Indicar representante aceito pela CONTRATANTE para representá-la na execução do Contrato;
- vii. Efetuar despesas com os serviços na forma em que estão descritos e especificados no Termo de Referência.
- viii. Dar integral cumprimento ao que foi acordado por meio de sua Proposta e nos termos do Edital, que passam a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição.
- ix. A CONTRATADA deverá fornecer todas as informações de interesse para execução das obras que a CONTRATANTE julgar necessário conhecer ou analisar.
- x. Em todas as ocasiões em que for requisitada, a CONTRATADA, através de seu representante, deverá apresentar-se às convocações da CONTRATANTE em seus escritórios ou no local das obras, de modo que nenhuma operação possa ser retardada ou suspensa devido à sua ausência.
- xi. Cabe à CONTRATANTE, no ato da convocação, especificar os assuntos que serão tratados, cabendo à CONTRATADA os ônus ocasionados pelo não-atendimento da convocação.
- xii. A CONTRATANTE terá, a qualquer tempo, livre acesso às obras e os locais onde o trabalho estiver em andamento, assim como o Diário de Obras
- xiii. Procedimentos operacionais referentes à alterações técnicas no projeto e demais assuntos de interesse de ambas as partes deverão ser objeto de acordo entre as partes.

CLAÚSULA SÉTIMA – DIVERGÊNCIAS ENTRE DOCUMENTOS DO PROJETO DE ENGENHARIA

- a) Em caso de divergência entre as especificações de serviços e os desenhos do projeto, prevalecerão sempre as primeiras;
- b) Em caso de divergência entre as cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão sempre as primeiras;
- c) Em caso de divergência entre os desenhos de escala diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala (por exemplo: prevalecerá o desenho em escala 1:50 sobre o desenho em escala de 1:100);
- d) Em caso de divergência entre os desenhos de datas diferentes, prevalecerão sempre as mais recentes;
- e) Toda e qualquer alteração no projeto, ainda que decorrente de divergência, deverá ser levada SEMOSI, para autorização expressa do gestor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

CLÁUSULA OITAVA – LICENÇAS

- a)** A CONTRATANTE deverá ter obtido a competente Licença Ambiental e de Instalação necessárias à execução da Obra, assim como as demais autorizações, desapropriações e licenças necessárias à entrega do local da obra ao CONTRATADO livre, desimpedido e desembaraçado.
- b)** A CONTRATADA deverá obedecer às leis, regulamentos e posturas a que abrange também as exigências do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e de outros órgãos governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal, inclusive o Corpo de Bombeiros.
- c)** Para supressão de vegetação exótica, fruteiras, bem como, de vegetação não protegida, solicitar previamente à Prefeitura “Informativo de Corte”.
- d)** A destinação do material de bota-fora deverá ser em local apropriado, de forma a não bloquear a drenagem natural do terreno e sem causar prejuízos ou danos nas áreas vizinhas;
- e)** O material efetivamente inservível deverá ser disposto em bota-fora devidamente licenciado junto à Prefeitura e os demais resíduos não aproveitados, encaminhados para os aterros em operação pela Prefeitura.
- f)** Fica a CONTRATADA responsável pela integridade física das edificações na área de entorno imediato do empreendimento, devendo ser elaborado levantamento prévio de todas as edificações lindeiras à obra.
- g)** Caso necessário, a CONTRATADA deverá apresentar Memorial Descritivo e Plano de Fogo para as explosões, devidamente anuenciados pelos órgãos competentes.

CLÁUSULA NONA – PRESERVAÇÃO DE PROPRIEDADES ALHEIAS

- a)** A CONTRATADA deverá tomar cuidado na execução das obras, para evitar prejuízos, danos ou perdas em benfeitorias existentes, serviços, propriedades adjacentes ou outras propriedades de qualquer natureza.
- b)** A CONTRATADA deverá reparar, substituir ou restaurar qualquer propriedade que for prejudicada ou julgada danificada ou perdida, de maneira a readquirir condição tão boa quanto a anterior. A CONTRATADA executará reparos de quaisquer elementos danificados conforme determinações da CONTRATANTE.
- c)** A CONTRATADA deve tomar o devido cuidado em localizar quaisquer construções, obras ou benfeitorias que possam afetar por suas operações.

CLÁUSULA DÉCIMA – INSTALAÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO CANTEIRO DE APOIO

- a)** Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela construção, operação, manutenção e limpeza do canteiro de apoio às obras, bem como a segurança patrimonial dessas instalações e organização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

- b)** A CONTRATADA deverá iniciar a instalação do canteiro de obras imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço correspondente, estando esse prazo incluído no prazo total do Contrato.
- c)** O canteiro de obras da CONTRATADA e as áreas de trabalho deverão ser instalados a partir dos projetos preparados pela CONTRATADA, com prévia autorização e aprovação da CONTRATANTE.
- d)** O canteiro de obras deverá ser alvo de autorização específica por parte da Prefeitura, previamente a sua implantação.
- e)** As instalações do canteiro deverão ser construídas de forma a se obter edificações de bom aspecto e deverão conter somente as edificações absolutamente necessárias para atender as obras e serviços previstos.
- f)** A água para as edificações do canteiro será suprida a partir da rede local existente.
- g)** A energia elétrica será obtida a partir da rede da concessionária local, cabendo à CONTRATADA todo o ônus decorrente das instalações e ligações necessárias.
- h)** A CONTRATADA será responsável pela organização e boa ordem dos trabalhos, estará obrigada a observar todas as prescrições da CONTRATANTE neste sentido. Em caso de greve caberá à CONTRATADA solicitar intervenção das autoridades, se for o caso, para manutenção da ordem no canteiro e proteção dos trabalhadores dispostos a continuar o trabalho.
- i)** A CONTRATADA é inteiramente responsável pelos serviços médicos, assistenciais, seguros, indenizações e demais obrigações decorrentes da legislação vigente, devidos aos empregados acidentados no canteiro.
- j)** A CONTRATADA está obrigada à plena e incondicional observância de todas as normas legais vigentes no país.
- k)** Constituem-se encargos da CONTRATADA as despesas de suprimento de água e eletricidade ao Canteiro de Apoio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ARMAZENAMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

- a)** O armazenamento dos materiais fornecidos pela CONTRATADA, assim como seu controle e guarda, será de sua responsabilidade exclusiva.
- b)** Todos os equipamentos a serem instalados, assim como os materiais adquiridos serão armazenados pela CONTRATADA em local a ser definido com CONTRATANTE, cabendo a mesma prestar os seguintes serviços: descarga, recebimento, vistoria, registro, armazenamento e transporte horizontal e vertical até o local de montagem, estando estes custos incluídos no respectivo preço unitário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONTROLE TECNOLÓGICO E GEOMÉTRICO

12.1 - CONTROLE TECNOLÓGICO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

- a. Todos os ensaios, testes e provas a que devam ser submetidos os materiais a serem empregados nos serviços, serão realizados pela CONTRATADA, às suas expensas, acompanhados pela CONTRATANTE, que aprovará ou não os resultados.
- b. Serão obedecidas as normas brasileiras e, na falta dessas, e a critério da CONTRATANTE, serão adotadas outras normas.
- c. A CONTRATADA utilizará o laboratório idôneo para realizar todos os ensaios e testes necessários ao controle tecnológico.
- d. Os encargos e a operação do laboratório serão por conta da CONTRATADA.

12.2 - CONTROLE GEOMÉTRICO

- a. Caberá à CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, a execução de todos os serviços topográficos auxiliares para locação, marcação e controle geométrico de todos os serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DIÁRIO DE OBRAS

- a) Diário de Obras é o livro, fornecido pela CONTRATADA, que deve ser mantido, permanentemente, em seu escritório de campo e onde serão anotadas:
As informações do andamento das obras e serviços;
As ordens, observações e informações da CONTRATANTE; e
Observações e comunicações da CONTRATADA.
- b) As folhas do Diário serão numeradas seguidamente e deverão conter os nomes da CONTRATADA e da CONTRATANTE, o número do Contrato, o número do Diário e a data das anotações, e deverão ser rubricadas pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE.
- c) O Diário de Obras terá suas folhas em 3 (três) vias. As 2 (duas) primeiras vias serão picotadas para serem facilmente removidas, ficando a 1ª via em poder da CONTRATADA, a 2ª via com a CONTRATANTE. A 3ª via, que não será picotada, permanecerá no Diário. Serão empregadas folhas de papel-carbono, fornecidas pela CONTRATADA, para preenchimento das 2ª e 3ª vias das folhas.
- d) A substituição do Diário totalmente preenchido deve ser rotineira, procedida pela CONTRATADA, às suas expensas e sob sua responsabilidade, cabendo à mesma sua guarda e conservação até sua entrega à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - NORMAS E RECOMENDAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

14.1 – Serão adotadas as normas, especificações e recomendações constantes do presente e mais as dos seguintes órgãos:

- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- Prefeitura Municipal de Ibiracú - Especificações de Serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PROCEDIMENTOS E EXECUÇÃO E SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A licitante vencedora deverá:

15.1 – ADMISSÃO DE PESSOAL

- a) Incumbe a CONTRATADA cumprir e impor a seus empregados a observância das seguintes obrigações:
- b) Contribuir para que, no local de trabalho e em toda a obra, sejam mantidos respeito, higiene, ordem e segurança;
- c) Fazer com que seus empregados se apresentem no local de trabalho em trajes adequados e em boas condições de higiene, sendo obrigatório o uso dos equipamentos de proteção individual, específicos para cada tipo de serviço, conforme disposto na CLT;
- d) Não permitir embriaguez, ingestão de bebidas alcoólicas ou utilização de qualquer substância tóxica no canteiro de obras;
- e) Proibir o porte de armas brancas ou de fogo;
- f) Não entrar nas dependências da obra, fora do horário de trabalho, sem a autorização regular;
- g) A CONTRATANTE poderá exigir a retirada de qualquer membro que esteja em serviço na obra, bem como da empreiteira responsável, que sejam considerados inconvenientes.

15.2 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's)

- a. A Contratada deverá fornecer gratuitamente os EPI's a seus integrantes e cobrar o uso correto dos mesmos durante a execução das atividades EPI's básicos:
- b. Capacete;
- c. Botina de Segurança;
- d. EPI's especiais (de acordo com os riscos da atividade):



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

- Cinto de segurança tipo pára-quedista para os trabalhos em altura com riscos de queda;
 - Conjunto de EPI'S para solda elétrica e oxiacetilena: na execução destes serviços;
 - Luvas de raspa nos serviços com materiais abrasivos e/ou cortantes;
 - Luvas de PVC no manuseio de substâncias corrosivas;
 - Luvas de borracha para pedreiros, nos serviços de acabamento;
 - Luvas de borracha isolantes específicas para eletricista na execução de serviços em circuitos elétricos energizados;
- e. Óculos de segurança protetor ou facial nos serviços onde haja risco de projeção de fragmentos;
- f. Protetor auricular nos serviços onde o nível de ruído ultrapasse 85 decibéis.

15.3 - UNIFORMES

- a. A CONTRATADA deverá fornecer UNIFORME COMPLETO (calça comprida e camisa) a seus integrantes, de forma que qualquer cidadão possa os identificar.

15.4 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

- a. A contratada deverá utilizar os pontos de energia autorizados pela CONTRATANTE.
- b. As tomadas, painéis elétricos, chaves protetoras, extensões elétricas a serem utilizadas, deverão ser bem dimensionadas e providenciadas pela CONTRATADA.
- c. Atentar para a sobrecarga do circuito, como por exemplo, vários equipamentos ligados a um mesmo ponto ou tomada.
- d. No caso em que o disjuntor não atenda à potência necessária para a obra a CONTRATADA deverá solicitar o aumento de carga ao CONTRATANTE.
- e. Somente eletricistas qualificados e habilitados devem cuidar das instalações elétricas.

15.5 - SINALIZAÇÃO DAS ÁREAS

- a. A CONTRATADA utilizará fitas zebradas, cordas, cones e placas de sinalização ou alerta sempre que a atividade o exigir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

15.6 - ISOLAMENTO DAS ÁREAS

- a. É proibido acender fogareiros e estufas, com exceção dos elétricos, ou manter botijões de gás, durante a execução das obras de instalação.
- b. Em nenhum momento a obra poderá ser utilizada como dormitório para repouso dos funcionários.
- c. Fica terminantemente proibida a entrada de crianças na obra, inclusive nos escritórios e estacionamentos, mesmo que acompanhada pelos pais.

15.7 - ACIDENTES DE TRABALHO

- a. Todo acidente de trabalho será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser comunicado imediatamente ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - MULTAS E PENALIDADES

16.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

16.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

16.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

16.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 25.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;

16.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

16.2.1 - Advertência por escrito;

16.2.2 - Multa de mora de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia útil de atraso sobre o valor do contrato, até o período máximo de 30 (trinta) dias, se as obras não forem iniciadas na data prevista ou concluídas nas diversas fases fixadas, sem justificativa aprovada pelo CONTRATANTE;

16.2.3 - Multa cominatória de até 10% (dez) por cento sobre o valor total do contrato, depois de esgotado o prazo fixado no subitem anterior;

16.2.4 - Suspensão temporária de participar em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

16.2.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

16.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

16.3.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Secretaria Municipal de Administração deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

16.3.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

16.3.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;

16.3.4 - O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

16.3.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;

16.3.6 - O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Município.

16.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

16.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

16.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

16.7 - As multas previstas nesta cláusula deverão ser recolhidas ao Município dentro do prazo de 72 (setenta e dois) horas, contados da data da notificação para esse fim.

16.8 - As multas aqui referidas serão aplicadas após regular processo administrativo e serão exigíveis desde a data do ato, fato ou omissão que lhes tiver dado causa, podendo ser descontadas de créditos relativos ao contrato ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO

17.1 - A fiscalização da execução das obras será feita pelo CONTRATANTE nos locais, através de servidores lotados na Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura – SEMOSI, designados



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

conforme Portaria nº 20.575/2020, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, os projetos, os prazos e condições do presente Edital, a proposta e as disposições do contrato.

17.2 – Fica a CONTRATADA obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos serviços objeto do presente Contrato, facultando o livre acesso aos mesmos ao seu escritório, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da PMI.

17.3 – A fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicações, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços.

17.4 – A fiscalização poderá a qualquer tempo, solicitar a substituição de elementos da equipe da CONTRATADA, mediante justificativa, devendo o atendimento ser feito no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

17.5 – A fiscalização poderá sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com disposto no CONTRATO.

17.6 – Fica acordado que a fiscalização não terá qualquer poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECEBIMENTO DA OBRA

18.1 – Após conclusão de todos os serviços, verificar-se-á o recebimento provisório da obra no prazo de 15 (quinze) dias, mediante termo assinado pelas partes. O Termo definitivo será assinado 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, se os serviços contratados não apresentarem defeitos ou imperfeições, ou se existentes, tiverem sido corrigidos e, assim, considerados como executados e concluídos dentro das especificações e condições contratuais.

18.2 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem ético profissional pela perfeita execução do Contrato pelo prazo de 05 (cinco) anos.

18.3 – Na hipótese de não terem sido lavrados os Termos de recebimento provisório e definitivo da obra, nos prazos reputar-se-ão como realizados os serviços, desde que comunicados ao Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores a seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

19.1 – A CONTRATADA NÃO PODERÁ CEDER OU SUBCONTRATAR OS SERVIÇOS OBJETO DESTES Editais sem a prévia anuência do CONTRATANTE, com autorização por escrito, ressalvando que quando concedida a sub-contratação, obriga-se a CONTRATADA a celebrar o respectivo Contrato com a inteira obediência aos termos do Contrato firmado com o CONTRATANTE e sob sua inteira responsabilidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

20.1 - A Licitante vencedora apresentará Garantia para execução do Contrato no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, devendo ser protocolada no Protocolo Geral da PMI no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, o prazo poderá ser prorrogado, desde que plenamente justificado e esta aceita pelo Município.

20.2 - A prestação da garantia é condição indispensável para o recebimento da Ordem de Serviço.

20.3 - A garantia, quando efetuada em dinheiro, deverá ser depositada no Banco BANESTES, Agência 148, Conta Corrente n.º 17.081.787, PMI/Caução.

20.4 - Quando prestada em cheque a referida garantia deverá estar compensada até a data do recebimento da ordem de serviços.

20.5 - A garantia do cumprimento de CONTRATO só será liberada após o cumprimento integral das disposições contratuais e da lavratura do Termo de Liquidação.

20.6 - O prazo de validade da garantia deverá ser acrescido de 05 (cinco) meses da data do término do Contrato, e, deverão ser atualizados nas mesmas condições de atualização do contrato firmado, até a expedição do Termo de Execução Definitiva dos serviços e será liberada ou restituída após o vencimento da mesma. Quando em dinheiro, será atualizada monetariamente pelo índice IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

21.1 - A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos no artigo 78 da Lei 8.666/93, dentre eles:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratual especificações, projetos e prazos;
- b) O cumprimento irregular das cláusulas. Contratuais tais como:
 - b-1) - A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra no prazo estipulado;
 - b-2) - O atraso injustificado no início da obra;
 - b-3) - A paralisação da obra, sem justa causa com prévia comunicação à Administração;
- c) A sub-contratação total ou parcial do seu objeto, exceto com prévia anuência da PMI, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão ou incorporação não admitidas neste Edital e no Contrato;
- d) O desentendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotado na forma do parágrafo 1º art. 67 da Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

n.º 8.666/93;

- f) A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- g) A dissolução da sociedade ou falência da Contratada;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que a juízo da Administração, prejudique a execução do contrato;
- i) Razões de interesse do serviço público;
- j) A supressão, por parte, da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificações do valor inicial do contrato, além do limite permitido no parágrafo 1º, art. 65 da Lei 8.666/93;
- k) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra; ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- l) O atraso superior a 90 (noventa) dias, dos pagamentos devidos pela administração, decorrentes da obra, ou parcela destes já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação de ordem interna ou guerra;
- m) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para a execução da obra, no prazo contratual;
- n) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva do contrato;
- o) O não cumprimento das normas relativas à saúde e a segurança no trabalho dos empregados da empresa contratada, previstos na Legislação Federal, Estadual ou Municipal ou de dispositivos relativos à matéria constante de acordo, convenção ou dissídio coletivo;
- p) A falta de cumprimento da legislação trabalhista, relativamente a seus empregados;
- q) A inobservância da legislação relativa a proteção ao meio ambiente;
- r) A falta de comprovação das quitações dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, resultantes da execução do contrato;

Parágrafo Único – A decisão da autoridade competente relativa à rescisão do contrato, deverá ser procedida de justificativa, fundamentada, bem como, de notificação à Contratada, oferecendo prazo compatível para regularização e reparação da irregularidade, se for o caso.

21.2 – A RESCISÃO DO CONTRATO PODERÁ SER:

- a) Determinado por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nas letras “a” até “j” e



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU

“p” até “r” do Capítulo;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência administrativa;

c) Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo 1º - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo 2º - Nos casos dos subitens 12.1 “i” até “n” do artigo anterior, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a devolução da garantia, caso haja prestado.

21.3 - Declarada a rescisão do contrato, a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE apenas o pagamento da obra realizada, depois de medidos e aprovados pela fiscalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO REAJUSTAMENTO

22.1 - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no Art. 57, § 1º da Lei 8.666/1993.

22.2 - Os preços propostos pela contratada poderão ser reajustados, após o transcurso de prazo de 1(um) ano, contado da apresentação de proposta de preços de acordo com o Índice de Reajustamento da Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

23.1 - Quando necessária a modificação no valor contratual, em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa de seu objeto, poderá ocorrer até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, servindo de base o valor da proposta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FORO

24.1 - Fica eleito pelas partes, o foro da Comarca de Ibiracú, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente contrato, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.2 - E por estarem assim, justos e acordados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ibiracú - ES, de de 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI

Prefeito Municipal

Contratante

.....
Contratada

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

ANEXO VIII

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ											
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA											
Serviço		Prefeitura Municipal de Ibiracú								Vitor Guilherme Mota CREA ES-039751/D	
Local:		diversas ruas do Municipio Ibiracú									
Construção de Drenagem , pavimentação e esgoto sanitário											
ITEM	SERVIÇO	VALORES DO ITEM									
		R\$	%	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 23.738,61	1,68 %	23.738,61							
				100,00 %							
2	PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO RUA ADRIANA MAIOLI ROSALÉM	R\$ 139.923,21	9,88 %	69.961,61	69.961,61						
				50,00%	50,00 %						
3	PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO RUA JOSÉ LUIZ FIOROTTI	R\$ 462.944,27	32,69 %		92.588,85					185.177,71	185.177,71
					20,00 %					40,00%	40,00%
4	DRENAGEM	R\$ 229.740,99	16,22 %			114.870,50	114.870,50				
						50,00 %	50,00 %				
5	REDE DE ESGOTO	R\$ 515.617,90	36,41 %			103.123,58	103.123,58	154.685,37	154.685,37		
						20,00 %	20,00 %	30,00 %	30,00%		
6	LIGAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO	R\$ 41.293,27	2,92 %					41.293,27			
								100,00 %			
7	DIVERSOS	R\$ 2.722,14	0,19 %							2.722,14	
										100,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

													%
	TOTAL GERAL	R\$ 1.415.980, 39	60,4 8%										
	VALOR DO SERVIÇO EXECUTADO NO MÊS	R\$	93.700,22	162.550,46	217.994,08	217.994,08	195.978,64	154.685,37	187.899,85	185.177,71			
	ACUMULADO	R\$	93.700,22	256.250,67	474.244,75	692.238,82	888.217,46	1.042.902,83	1.230.802,68	1.415.980,39			
	PORCENTAGEM PARCIAL	%	6,62%	11,48%	15,40%	15,40%	13,84%	10,92%	13,27%	13,08%			
	PORCENTAGEM ACUMULADA	%	6,62%	18,10%	33,49%	48,89%	62,73%	73,65%	86,92%	100,00%			



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

ANEXO IX

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU								
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
CONTRATANTE:		Prefeitura Municipal de Ibiracu						
OBRA:		Construção de Drenagem , pavimentação e esgoto sanitário						
LOCAL:		Diversas vias urbanas da SEDE - Ibiracu/ES						
REFERENCIAL:		SICRO-ES OUTUBRO/2019 - CESAN OUT/2019 - IOPEs OUT/2019			BDI: 22,47%		DATA PLANILHA REVISADA: JUN/20	
Elaborado por:		Vitor Guilherme Barcelos Mota Engenheiro Civil CREA ES-039751/D						
Pavimentação , Drenagem e Esgotamento Sanitário de vias Urbanas								
Item	Ref.	Codigo	Descrição dos Serviços	Un.	Contrato			
					Quantidade	Preço unitário sem BDI	Preço Unitário o BDI 22,47 %	Preço do serviço Material/outr os
1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES								
1.1	IOPEs	20701	1.1 Barracão para escritório com sanitário área de 14.50 m2, de chapa de compens. 12mm e pontalete 8x8cm, piso cimentado e cobertura de telha de fibroc. 6mm, incl. ponto de luz e cx. de inspeção, conf. projeto (1 utilização)	m ²	14,50	503,52	616,66	8.941,58
1.2	IOPEs	20702	Barracão para almoxarifado área de 10.90m2, de chapa de compensado de 12mm e pontalete 8x8cm, piso cimentado e cobertura de telhas de fibrocimento de 6mm, incl. ponto de luz, conf. projeto (1 utilização)	m ²	10,90	342,61	419,59	4.573,58



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

1.3	IOPES	composição de custos - código 020708	Item - 020708 - Galpão para guarda de tubos área 12.00m ² , em peça de madeira 8x8cm e contraventamento de 5x7cm, cobertura de telha de fibroc. de 6mm	m ²	12,00	113,13	138,55	1.662,65
1.4	IOPES	20710	Reservatório de poliestileno de 500L, incl. suporte em madeira de 7x12cm e 5x7cm, elevado de 4m, conf. projeto (1 utilização)	unidade	1,00	1.263,17	1.547,00	1.547,00
1.5	IOPES	20712	Rede de água com padrão de entrada d'água diâm. 3/4", conf. espec. CESAN, incl. tubos e conexões para alimentação, distribuição, extravasor e limpeza, cons. o padrão a 25m, conf. projeto (1 utilização)	m	10,00	30,61	37,49	374,88
1.6	IOPES	20713	Rede de luz, incl. padrão entrada de energia trifás., cabo de ligação até barracões, quadro de distrib., disj. e chave de força (quando necessário), cons. 20m entre padrão entrada e QDG, conf. projeto (1 utilização)	m	10,00	358,71	439,31	4.393,12
1.7	IOPES	20305	Placa de obra nas dimensões de 2.0 x 4.0 m, padrão SEDURB	m ²	8,00	187,92	230,15	1.841,16
1.8	SICRO - ES	5212556	Placa para sinalização de obras montada em cavalete metálico - 1,00 x 1,00 m	unidade	8,00	41,30	50,58	404,64
Sub Total								23.738,61
2.0	PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO RUA ADRIANA MAIOLI ROSALÉM							
2.1	SICRO - ES	5501880	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 1.000 a 1.200 m - caminho de serviço em leito natural com carregadeira e caminhão basculante de 14 m ³	m ³	194,68	5,93	7,26	1.413,86
2.2	SICRO - ES	4413986	Regularização de superfície com motoniveladora	m ²	1.437,37	0,04	0,05	70,41



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

2.3	composição de custo IOPEs	200206	Blocos pré-moldados de concreto tipo pavi-s ou equivalente, espessura de 8 cm e resistência a compressão mínima de 35MPa, assentados sobre colchão de areia na espessura de 5 cm	m ²	1.311,28	56,08	68,68	90.060,53
2.4	IOPEs	200202	Meio-fio de concreto pré-moldado com dimensões de 15x12x30x100 cm , rejuntados com argamassa de cimento e areia	m	521,43	38,70	47,40	24.713,64
2.5	composição de custo DER	40142	Sarjeta em concreto fck=10,0 MPa inclusive caiação, tudo incluído	m	252,17	60,54	74,14	18.696,73
2.6	SICRO - ES	2003449	Dissipador de energia - DEB 01 - areia e pedra de mão comerciais	und	6,00	319,11	390,81	2.344,88
2.7	SICRO - ES	2003389	Descida d'água de aterros tipo rápido - DAR 01 - areia e brita comerciais	m	12,00	178,49	218,60	2.623,16
Sub Total								139.923,21
3.0	PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO RUA JOSÉ LUIZ FIOROTTI							
DEMOLIÇÕES E RETIRADAS								
3.1	composição DER	40867	Demolição e remoção de pavimento asfáltico	m ²	1.278,95	1,54	1,89	2.411,97
3.2	SICRO - ES	1600447	Demolição manual de meio fio de concreto	m ³	28,34	331,44	405,91	11.503,62
3.3	SICRO - ES	1600441	Remoção de paralelepípedos	m ²	2.818,60	12,79	15,66	44.150,31
PAVIMENTAÇÃO								
3.4	SICRO - ES	5501880	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 1.000 a 1.200 m - caminho de serviço em leito natural com carregadeira e caminhão basculante de 14 m ³	m ³	797,99	5,93	7,26	5.795,38
3.5	SICRO - ES	4016096	Escavação e carga de material de jazida com escavadeira hidráulica	m ³	401,55	0,94	1,15	462,27
3.6	SICRO - ES	5914359	Transporte com caminhão basculante de 10 m ³ - rodovia em leito natural	txk m	835,22	0,62	0,76	634,19
3.7	SICRO - ES	4413986	Regularização de superfície com motoniveladora	m ²	4.501,67	0,04	0,05	220,53



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

3.8	composição DER	200214	Blocos pré-moldados de concreto tipo pavi-s ou equivalente, espessura 10 cm e resistência a compressão mínima de 35MPa, assentados sobre colchão de areia na espessura de 5cm cm	m ²	3.939,67	56,08	68,68	270.581,17
3.9	DER -ES	40659	Meio fio sarjeta de concreto tipo DP-1 (0,035 m ³ /m) inclusive caiação	m	1.490,74	60,37	73,94	110.218,07
CINTAS DE TRAVAMENTO								
3.10	SICRO - ES	5501718	Escavação, carga e transporte manual de material de 1ª categoria - DMT de 20 m	m ³	7,43	39,96	48,94	363,62
3.11	SICRO - ES	3106120	Formas de tábuas de pinho - utilização de 2 vezes - fornecimento, instalação e retirada	m ²	99,09	81,00	99,20	9.829,80
3.12	SICRO - ES	407819	Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	kg	380,50	8,81	10,79	4.105,45
3.13	SICRO - ES	1107892	Concreto fck = 20 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais	m ³	7,43	293,19	359,07	2.667,89
Sub Total								462.944,27
4.0	DRENAGEM							
4.1	SICRO - ES	5501932	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 1.000 a 1.200 m - caminho de serviço pavimentado - com carregadeira e caminhão basculante de 14 m ³	m ³	694,93	5,15	6,31	4.383,07
4.2	SICRO - ES	4915671	Reaterro e compactação com soquete vibratório	m ³	563,46	14,30	17,51	9.867,99
4.3	SICRO - ES	804021	Corpo de BSTC D = 0,60 m CA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	311,80	223,42	273,62	85.315,49
4.4	SICRO - ES	804013	Corpo de BSTC D = 0,40 m CA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	339,80	142,23	174,19	59.189,45
4.5	SICRO - ES	2003678	Poço de visita - PVI 01 - areia e brita comerciais	uni	6,00	1.491,32	1.826,42	10.958,52
4.6	SICRO - ES	2003680	Poço de visita - PVI 02 - areia e brita comerciais	uni	7,00	1.470,80	1.801,29	12.609,02
4.7	SICRO - ES	M1432	Tampão de ferro fundido para águas pluviais TD 600	uni	13,00	432,61	529,82	6.887,63



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

4.8	SICRO - ES	2003626	Boca de lobo simples - grelha de concreto - BLSG 01 - areia e brita comerciais	Un	30,00	707,99	867,08	26.012,26
4.9	SICRO - ES	2003648	Caixa de ligação e passagem - CLP 04 - areia e brita comerciais	Un	4,00	1.917,18	2.347,97	9.391,88
4.10	SICRO - ES	2003652	Caixa de ligação e passagem - CLP 06 - areia e brita comerciais	Un	1,00	2.942,09	3.603,18	3.603,18
4.11	SICRO - ES	804379	Boca BSTC D = 0,60 m - esconsidade 15° - areia e brita comerciais - alas esconsas	Un	2,00	621,58	761,25	1.522,50
Sub Total								229.740,99
5.0	REDE DE ESGOTO							
5.1	CESAN	7260100010	Rede Esgoto PVC NBR 7362 150 até 1,25m s/ pavimentação - inclusive escavação, bota fora, regularização de fundo de vala com areia esp. mín. 10cm, aterro a altura do tubo mais 20cm em areia, reaterro, locação, acompanhamento topográfico, cadastro de rede, teste de deformação e declividade, sinalização e reparos - Conforme Manual de Prescrições da CESAN	m	416,34	98,85	121,06	50.403,26
5.2	CESAN	7260100050	Rede Esgoto PVC NBR 7362 150 1,26 a 1,75m s/ pavimentação - inclusive escavação, bota fora, regularização de fundo de vala com areia esp. mín. 10cm, aterro a altura do tubo mais 20cm em areia, reaterro, locação, acompanhamento topográfico, cadastro de rede, teste de deformação e declividade, sinalização e reparos - Conforme Manual de Prescrições da CESAN	m	397,15	139,79	171,20	67.992,02
5.3	CESAN	7260100090	Rede Esgoto PVC NBR 7362 150 1,76 a 2,25m s/ pavimentação - inclusive escavação, bota fora, regularização de fundo de vala com areia esp. mín. 10cm, aterro a altura do tubo mais 20cm em areia, reaterro, locação, acompanhamento topográfico, cadastro de rede, teste de deformação e declividade, sinalização e reparos - Conforme	m	141,70	158,97	194,69	27.587,07



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

			Manual de Prescrições da CESAN					
5.4	CESAN	7260100 030	Rede Esgoto PVC NBR 7362 até 1,25m pav em bloco - inclusive escavação, bota fora, regularização de fundo de vala com areia esp. mín. 10cm, aterro a altura do tubo mais 20cm em areia, reaterro, locação, acompanhamento topográfico, cadastro de rede, teste de deformação e declividade, sinalização e reparos - Conforme Manual de Prescrições da CESAN	m	649,00	140,91	172,5 7	111.996,8 1
5.5	CESAN	7260500 170	Interceptor FoFo 150 aéreo - Beira Rio - inclusive acompanhamento topográfico, cadastro de rede, fornecimento e instalações de materias necessários à execução do serviço - Conforme Manual de Prescrições da CESAN	m	284,94	352,89	432,1 8	123.146,1 0
5.6	CESAN	7020100 080	Teste de estanqueidade	m	1.889,13	1,19	1,46	2.750,16
5.7	CESAN	7080100 010	PV - Anel de concreto DN 600. Profundidade até 1,25m. Inclusive fornecimento, transporte e intalação, com tampão em ferro fundido - Conforme Manual de Prescrições da CESAN	uni	19,00	1.353,31	1.657, 40	31.490,54
5.8	CESAN	7080100 120	PV - DN 600 Beira Rio. Profundidade até 1,25m, enterrado. Inclusive fornecimento, transporte e intalação, com tampão em ferro fundido - Conforme Manual de Prescrições da CESAN	uni	9,00	1.747,08	2.139, 65	19.256,84
5.9	CESAN	7080100 130	PV - DN 600 Beira Rio. Profundidade 1,26 a 1,75m, enterrado. Inclusive fornecimento, transporte e intalação, com tampão em ferro fundido - Conforme Manual de Prescrições da CESAN	uni	9,00	1.872,66	2.293, 45	20.641,02



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

5.10	CESAN	7080100140	PV - DN 600 Beira Rio. Profundidade 1,76 a 2,25m, enterrado. Inclusive fornecimento, transporte e instalação, com tampão em ferro fundido - Conforme Manual de Prescrições da CESAN	uni	4,00	2.021,86	2.476,17	9.904,67	
FUNDAÇÃO DE TUBULAÇÃO AÉREA									
5.11	CESAN	7070100440	Cravação estaca de eucalipto tratado 0,15m	m	192,00	39,86	48,82	9.372,90	
5.12	CESAN	7070100320	Concreto usinado Fck 200 Kg/cm ² Bombeado - pilaretes de sustentação do interceptor.	m ³	28,57	308,96	378,39	10.810,50	
5.13	CESAN	7070100120	Forma plana de madeira - pilaretes de sustentação do interceptor.	m ²	285,67	66,77	81,78	23.360,97	
5.14	CESAN	7070100200	Fornecimento, corte, dobramento e colocação de armadura CA-50 - pilaretes de sustentação do interceptor.	kg	661,84	8,52	10,43	6.905,04	
Sub Total								515.617,90	
6.0	LIGAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO								
6.1	CESAN	7200100050	Ligação predial esgoto curta DN 100mm, com material, sem pavimentação. H0,6 a 1,0m. Inclusive caixa de ligação com tampão em ferro fundido, escavação, reaterro, regularização de fundo de vala, recomposição de calçada e sinalização - Conforme Manual de Prescrições da CESAN	uni	16,00	363,25	444,87	7.117,88	
6.2	CESAN	7200100070	Ligação predial esgoto curta DN 100mm, com material, em pavimentação em bloco. H0,6 a 1,0m. Inclusive caixa de ligação com tampão em ferro fundido, escavação, reaterro, regularização de fundo de vala, recomposição de calçada e pavimentação e sinalização - Conforme Manual de Prescrições da CESAN	uni	57,00	489,56	599,57	34.175,39	
Sub Total								41.293,27	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU

7.0		DIVERSOS						
7.1	IOPES	210302	Corrimão de tubo de ferro galvanizado diâmetro 3" com chumbadores a cada 1.50m, inclusive pintura a óleo ou esmalte	m	14,68	151,41	185,43	2.722,14
							Sub Total	2.722,14
							VALOR TOTAL DA OBRA	1.415.980,39



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

ANEXO X

MEMORIAL DESCRITIVO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E DE REDE COLETORA DE ESGOTO

Elaborado e assinado por:

VITOR GUILHERME BARCELOS MOTA

Engenheiro Civil

CREA ES-039751/D

“SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL”

1 - INTRODUÇÃO

O Projeto de Drenagem tem o objetivo de dimensionar os dispositivos necessários a resguardar as vias das descargas líquidas, que possam vir a abalar a segurança das diversas partes componentes da caixa da rua.

A rua José Luiz Fiorotti possui rede de drenagem diâmetro de 40cm, onde também coleta o esgoto residencial, Waldeck Campos, rua Mario Antonio Modenesi e rua Ciro Ancelmo Cecatto. A rua José Luiz Fiorotti possui dois pontos de deságüe da rede de drenagem. Um ponto é o Corrego do Sapateiro (Bacia R do Mapa das Bacias hidrográficas do Rio Taquarassu) e o outro ponto é caixa de drenagem no final da rua Luiz Fiorotti com deságüe no rio Taquarassu.

No projeto em questão, o sistema dimensionado tem como fim substituição da rede existente com deságüe em caixa de drenagem existente, onde as ligações domiciliares de esgoto não mais serão captadas em rede pluvial e construção de rede com deságüe na Bacia R, com fim de melhorar o escoamento final de águas pluviais.

Para o dimensionamento dos dispositivos foi utilizado o método racional para o cálculo da vazão de demanda e a fórmula de Manning



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

associada à equação da continuidade para verificação da capacidade ou comprimento crítico da tubulação.

2 - ESPECIFICAÇÕES

- **Especificação dos tubos**

Serão utilizados, para a galeria principal, coletores de concreto com armação nos de diâmetros de 0,60m e 0,40m e para as saídas das caixas ralo, tubos com diâmetro de 0,40m, sendo este o diâmetro mínimo a ser usado no sistema.

Todas as manilhas serão do tipo Ponta e Bolsa, obedecendo rigorosamente a EB-6 e EB-103 da ABNT.

- **Escavação de Valas**

As valas para receber os coletores serão escavadas, respeitando-se o alinhamento e as cotas de fundo indicados no projeto. A largura das valas será compatível com o diâmetro do coletor de acordo com a tabela a seguir:

Profundidade(m)	Largura das valas(m)		
Diâmetro(m)			
	0,40	0,60	0,80
Até 2,00	0,75	1,00	1,20
De 2,01 a 3,00	0,90	1,20	1,40

As cavas para os poços de visita, caixa ralo e canaletas, deverão ser compatíveis com as dimensões deste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Qualquer excesso de escavação ou depressão no fundo das valas deverá ser preenchido com material de 1º qualidade (areia, argila e etc...) isento de detritos e corpos estranhos.

De modo geral a terra será atirada de um só lado e os tubos a serem assentados serão enfileirados de outro lado.

A escavação será de jusante para montante.

O "Greide" de coletor será obtido por meio de réguas niveladas com o declive do projeto, e colocado no máximo a 10,00m da outra.

Durante a abertura das valas, deverão ser previstas a reposição de redes existentes e ligações domiciliares que por ventura forem danificadas.

O fundo da vala deverá ser regularizado de modo a dar apoio ao tubo em toda sua extensão, sendo efetuada uma pequena depressão (cachimbo) no local das bolsas a fim de permitir a uniformidade no apoio.

- **Escoramento**

Dependendo da natureza do terreno e da profundidade das obras, torna-se necessário proteger as laterais das valas contra possíveis desmoronamentos. Essa proteção ou escoramento será do tipo aberto ou descontínuo, com pranchões que guardarão entre si uma distância que será indicada pelas condições locais.

Nos lugares onde houver necessidade de escoramento este não deverá ser retirado, até que a vala seja preenchida, e o aterro apiloado até 0,60m acima da geratriz do coletor assentado.

No caso da escavação atingir o lençol d água, o terreno deverá ser mantido em perfeitas condições de drenagem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

- **Reaterro**

Assentado o coletor e executadas as caixas ralo será a vala e a cava reaterrada em camadas de 0,30m, e bem apiloadas.

Para a 1ª camada numa espessura igual ao diâmetro do tubo do trecho deverá ser utilizado material especial (areia ou pó de pedra, com adensamento a base de encharcamento com água), e para as demais deverá ser escolhida a terra que não contenha pedras e outros materiais, que possam afetar os tubos, quando sobre eles for lançada.

- **Assentamento de Rede Coletora**

Deverá haver cuidado especial no transporte e manejo da tubulação, a fim de garantir a sua integridade.

Os tubos serão inicialmente colocados sobre o solo, alinhados em um dos lados da vala aberta, aguardando o seu assentamento definitivo

no fundo da vala. Antes de serem assentadas, as tubulações deverão ser cuidadosamente examinadas e limpas, sendo separadas as que não estiverem em boas condições.

O assentamento dos coletores deverá ser sempre executado no sentido jusante para montante, com bolsas voltadas para o ponto mais alto.

Sempre que interrompido o trabalho, o último tubo assentado deverá ficar tamponado, a fim de evitar a entrada de objetos e pequenos animais.

Cuidados especiais serão tomados, para não permitir a circulação da água pelos coletores, antes de decorrido o prazo necessário para a perfeita consolidação das juntas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

As valas após o assentamento dos coletores, só poderão ser aterradas, mediante autorização da fiscalização.

- **Juntas**

As juntas deverão ser executadas com argamassa de cimento e areia grossa lavada, no traço 1:3 em volume.

Após o assentamento deverão ser retiradas as rebarbas internas.

Na parte inferior dos tubos o rejuntamento se processará através da execução de lastro de concreto magro com 5,00cm de espessura cobrindo toda a superfície da bolsa assentada no solo.

- Poço de Visita e Caixa de Passagem, Boca de Lobo com Grelha (Caixa Ralo)

A – Poços de Visita para Rede de Drenagem

Trata-se de dispositivos auxiliares implantados nas redes de águas pluviais com o objetivo de possibilitar a ligação das bocas de lobo à rede coletora principal e permitir as mudanças de direção, de declividade e de diâmetros dos tubos da rede coletora, além de propiciar acesso para efeito de limpeza e inspeção, necessitando, para isso, sua instalação em pontos convenientes. Devem atender às Normas específicas da ABNT.

MÉTODO EXECUTIVO

Nos locais indicados em planta, e de acordo com as dimensões e especificações constantes nos detalhes fornecidos, serão construídos os poços de visita em alvenaria de blocos de concreto estruturais vibrados de com enchimento em concreto simples Fck 15,0 MPA. Na base superior do poço de visita será assentada laje de concreto dosado para resistência mínima a ruptura de 15,0 MPA aos 28 dias. Essa laje



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

possuirá abertura adequada para receber um tampão de ferro fundido, com diâmetro de 0,60m, e assentado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 em volume.

As paredes, receberão internamente revestimento em argamassa de cimento e areia no traço 1:3 em volume, com 2,00cm de espessura, sendo também impermeabilizadas com cimento cristalizante base acrílica e externamente com impermeabilização betuminosa.

Quando a profundidade for superior a 1,50m, deverá conter escada de ferro, a fim de facilitar a descida ao seu interior.

A base inferior será de concreto simples Fck 13,5 MPA com 0,20m de espessura.

Quando o terreno não apresentar boas condições de estabilidade, a laje de fundo será de concreto armado, com espessura determinada em projeto, e poderá ser apoiada sobre fundação de estacas, cravadas até a profundidade da camada de solo que propicie maior segurança ao conjunto.

Sobre a laje de fundo deverão ser construídas as calhas e canaletas, em concordância com os coletores de chegada e de saída. A plataforma correspondente ao espaço que vai da parede interna do poço à borda da canaleta deve ter inclinação de 10%.

Quando possível, a câmara de trabalho (balão) terá uma altura mínima livre, em relação à plataforma, de 2,00m.

Sobre a câmara de trabalho ou balão, será colocada uma laje de concreto armado com abertura excêntrica ou não, de 0,60 m, voltada para montante, de modo que o seu centro fique localizado sobre o eixo do coletor principal. A junta interna da laje com o balão do PV deverá ser respaldada com um cordão de 10 cm de argamassa de cimento e areia no traço 1:3, inclinado de 45°.

A chaminé ou “pesçoço” do PV somente existirá quando o greide da cava estiver a uma profundidade igual ou superior a 2,50m. Para profundidades menores, o poço de visita se resumirá à câmara de trabalho, ficando o tampão diretamente apoiado sobre a laje excêntrica do PV.

Em logradouros onde não há pavimentação, o recobrimento mínimo sobre a laje de concreto no topo do PV será de 50 cm. Deverá ser executada uma escada de marinheiro no interior do PV, de acordo com detalhes do projeto.

Em poços com profundidade superior a 3,00m, deverão ser previstas cintas de amarração de acordo com o projeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU

- **Crêterios de Controle**

As cotas de chegada e de saída dos coletores aos poços de visita deverão estar rigorosamente de acordo com o projeto.

Os poços de visita serão executados apenas quando todos os coletores a montante e a jusante já estiverem assentados, para evitar altera es na sua profundidade em fun o da ocorrência de mudanças na cota de assentamento de um deles por interferência na rede ou por outros fatores.

Deverão ser criteriosamente avaliadas as condi es do solo onde se apoiar  o PV para se determinar a necessidade ou não do emprego de funda o especial com estacas.

Não se deve permitir desnível superior a 0,50 m entre a cota de chegada de um coletor e a cota de saída de outro, no mesmo PV. Quando isto acontecer, deve-se utilizar o tubo de queda, de acordo com o projeto e especifica es, que atenua o desnível antes da chegada do coletor ao PV.

Devem-se realizar testes de estanqueidade em todos os poços de visita executados, bem como se deve observar o comportamento do fechamento (tampão) do mesmo quando submetido ao tráfego de veículos em condi es de utiliza o, para se corrigir possíveis erros no assentamento.

- **Canaleta**

As canaletas deverão ser construídas com concreto estrutural Fck 15,0 MPA e com métodos e controle tecnológico dentro das normas da ABNT, conforme detalhes apresentados em projeto.

B – Boca de Lobo com Grelha (Caixa Ralo)

São dispositivos em forma de caixas coletoras em alvenaria de bloco de concreto cheio de concreto , a serem executados junto aos meios-fios ou sarjetas, em áreas urbanizadas, com o objetivo de captar as



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

águas pluviais e direciona-las à rede condutora. Na dependência da vazão de chegada ao ponto de coleta de água, poderão ser executadas bocas-de-lobo simples ou duplas, ambas com grelhas pré-moldadas de concreto ou grelhas de ferro fundido dúctil.

Não é conveniente a sua localização junto ao vértice de ângulo de interseção das sarjetas de duas ruas convergentes, pelos seguintes motivos: os pedestres, para cruzarem uma rua, teriam que saltar a torrente num trecho de máxima vazão superficial e as torrentes convergentes pelas diferentes sarjetas teria, como resultante, um escoamento de velocidade em sentido contrário ao da afluência para o interior da boca de lobo.

MÉTODO EXECUTIVO

As caixas ralo deverão ser executadas nos locais indicados no projeto, contígua ao passeio com abertura de 1,00m para coleta das águas pluviais, interligada aos poços de visita por manilhas de concreto simples diâmetro 0,40m, com declividade de 2% (0,020m/m).

As etapas de construção são as seguintes:

- Escavação e remoção do material excedente, de forma a comportar a boca de lobo prevista;
- Compactação da superfície resultante no fundo da escavação, e execução de base de concreto simples com 15 cm de espessura;
- Execução das paredes em alvenaria de blocos de concreto (20x20x40) cm com enchimento em concreto simples Fck 15,0 MPA, assentados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 em volume, conectando a boca de lobo à rede condutora e ajustando o(s) tubo(s) de entrada e/ou saída à alvenaria executada, através de rejuntamento com a mesma argamassa;
- Execução de cinta superior em concreto simples e revestimento das paredes internas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 em volume;
- Assentamento do meio fio;
- Moldagem “in loco” do quadro de concreto simples para assentamento de grelha;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

- Moldagem “in loco” do rebaixo de concreto na área anexa à boca de lobo;
- Colocação da grelha.

SAÍDAS D'ÁGUA E ALA DE LANÇAMENTO

São dispositivos que conduzem às descidas de água em pontos baixos ou em pontos de greide contínuo. No caso de pontos baixos, recebe fluxo pelos dois lados.

Materiais empregados

Todos os materiais utilizados na construção desses dispositivos deverão atender integralmente às especificações correspondentes.

O concreto utilizado nos dispositivos em que se especifica esse tipo de revestimento deverá ser dosado experimentalmente para uma resistência característica à compressão de 13,5mpa. O concreto utilizado deverá ser preparado de acordo com o prescrito nas normas NBR 6118 e NBR 7187 da ABNT.

A pedra de mão utilizada nas saídas de água em alvenaria de pedra deverá ser originária de rocha sãs e estáveis, apresentando os mesmos requisitos qualitativos exigidos para a pedra britada destinada à confecção do concreto. O diâmetro da pedra de mão deve se situar na faixa de 10 a 15 cm.

Método Executivo

- Saída de água em concreto simples.
- Preparação e regularização da superfície de apoio da saída da água, utilizando-se processos manuais e solos locais ou materiais excedentes da pavimentação.
- Lançamento e espalhamento do concreto formando o piso da saída de água. Nesta etapa serão feitos os ajustes necessários ao encaixe com a descida de água.

“SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO”

1 - DA OBRA

A presente especificação se destina às obras de pavimentação da Rua José Luiz Fiorotti e Rua Adriana Rosalém.

Qualquer divergência encontrada entre os elementos do projeto, deverá ser obedecida o seguinte critério:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

- a) Na divergência entre os desenhos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala;
- b) Na divergência entre detalhes e plantas gerais, prevalecerão os detalhes;
- c) Na divergência entre plantas e especificações, prevalecerão as especificações.

Toda e qualquer modificação introduzida no projeto, detalhes, especificações, inclusive acréscimos, somente serão admitidos após prévia autorização escrita dos autores do projeto ou da fiscalização.

Exigir-se-á emprego de mão-de-obra de primeira qualidade na execução de todos os serviços especificados.

Define-se:

CONTRATANTE Prefeitura Municipal de Ibiracú

Fica reservado ao Contratante o direito e a autoridade para resolver todos e quaisquer casos singular, duvidosos e porventura omissos, nestas especificações, e que não seja definido em outros documentos contratuais, como o próprio contrato ou desenhos de projeto.

2 - DA RESPONSABILIDADE DA EMPREITEIRA

A presença da fiscalização não implica na diminuição da responsabilidade do empreiteiro que é integral para a obra contratada nos termos do Código Civil Brasileiro.

A empreiteira tomará as precauções e cuidados, no sentido de garantir as canalizações e redes existentes que possam ser atingidas, pavimentação das áreas adjacentes e outras propriedades de terceiros, e ainda a segurança de operários e transeuntes, durante a execução de todas as etapas da obra. Qualquer dano, avaria, trincadura, etc., causados a elementos ali existentes, serão de inteira e única responsabilidade da empreiteira, inclusive as despesas efetuadas para sua reconstituição.

Os ensaios, testes e demais provas bem como as exigidas pela fiscalização e normas técnicas oficiais para boa execução da obra correrão por conta da empreiteira.

É de inteira responsabilidade da empreiteira a aquisição e apresentação de todos os materiais e equipamentos utilizados na construção, como também a apresentação do Engenheiro Responsável que deverá acompanhar pessoalmente todas as fases da obra.

A solicitação de aprovação do material a ser utilizado, será feita pela empreiteira à fiscalização através de folha de Boletim de Informações, anexando as amostras que se fizerem necessárias. A fiscalização não tomará conhecimento de materiais que por ventura existam no canteiro e que não tenham sido encaminhados à aprovação, de acordo com a discriminação acima, podendo inclusive solicitar retirada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, deste material do canteiro da obra. Uma vez aprovados os materiais, as demais partidas ficarão sujeitas à aceitação pela fiscalização, sendo impugnadas as que estejam em



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

desacordo com a(s) amostra(s) já aprovada(s) e com o estabelecido nas especificações dos referidos materiais.

É de inteira responsabilidade da firma vencedora da licitação, o pagamento dos materiais que serão aplicados na obra, como também de todas as obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, transportes, seguros e tudo mais necessário à conclusão e quitação de todos os encargos.

Todo e qualquer serviço mencionado em qualquer documento que venha integrar o Contrato (plantas, cortes, fachadas, detalhes, instalações, especificações, etc.), será executado obrigatoriamente sob a responsabilidade do empreiteiro.

Caberá à empreiteira verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos pela fiscalização, comunicando ao projetista qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada que desaconselhe ou impeça a sua execução. A não observância destes dispositivos transferirá à empreiteira todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos. Caberá, outrossim, à empreiteira a elaboração dos detalhes construtivos necessários aos trabalhos e que não estejam incluídos nos planos fornecidos pelo projetista.

A empreiteira deve facilitar por todos os meios os trabalhos da fiscalização, mantendo inclusive no escritório da obra, em lugar adequado e em perfeita ordem, uma cópia completa de todos os projetos, detalhes especificações, ordem de serviço e livro de ocorrência (Diário de Obra).

Deverá a empreiteira efetuar a limpeza periódica da obra com a remoção dos entulhos tanto no interior da mesma, como no canteiro de serviço.

No caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos periodicamente de acordo com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidas, ou aprovadas pela fiscalização ou de modo geral, com as regras da arte de construir, poderá a mesma além das sanções previstas neste instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como a demolição e reconstrução dos mesmos, que será realizada pela empreiteira. Do mesmo modo, deverão ser removidos do canteiro da obra, os materiais resultantes dessa demolição e aqueles que não atenderem aos padrões de aceitação estabelecidos.

3 - SERVICOS PRELIMINARES

Serão implantados pelo empreiteiro todos os serviços necessários à instalação da obra, e correção por conta exclusiva do mesmo todas as despesas com as instalações provisórias e, especialmente, fornecimento e construção de:

3.1 - Canteiro da Obra



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

A empreiteira fornecerá o projeto das instalações provisórias do canteiro de obras, atendendo todas as necessidades, e de modo a facilitar a sua execução para os diversos serviços.

Os serviços do canteiro de obras, só serão iniciados após a apresentação do projeto pela firma empreiteira à fiscalização, para a devida apreciação à aprovação.

3.2 - Placas da Obra

Caberá à empreiteira mandar confeccionar e fixar na obra, em local bem visível a placa de obras conforme modelo a ser fornecido pela fiscalização.

3.3 - Demolições e Limpeza do Terreno

Caberá à empreiteira a execução das demolições, retiradas e limpeza em toda a área de onde será implantado as obras, assim como a via de acesso ao mesmo.

3.4 - Barracão para Depósito de Materiais

Barracão para depósito de materiais será executado de chapa de compensado 12mm e pontaltes 8x8cm. A cobertura será executada em telhas de fibro-cimento de 6mm, inclusive ponto de luz, sendo o piso cimentado.

3.5 - Depósito de Água para a Obra

Os Reservatórios serão de fibra de vidro de 500 Litros, com suporte em madeira de 7x12cm e 5x7cm e com no mínimo 4 metros de elevação.

3.6 - Ligações Provisórias

Caberá à empreiteira a execução de todas as instalações provisórias de água, luz e força, esgoto e telefone da obra, ficando por conta exclusiva da mesma todos os entendimentos, despesas de materiais, etc., a serem efetuados com os órgãos públicos e particulares, enfim tudo o que for necessário à mesma.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

3.7 - Escritório da Obra

A empreiteira executará escritório para fiscalização da obra, o mesmo será com paredes em chapas de madeirite ou em alvenaria de blocos, cobertura em telhas de fibro-cimento de 6mm e piso de cimentado.

O escritório para a fiscalização deverá constar de: sala para fiscalização com sanitário conjugado, sala de reunião e demais dependências para empregados.

A empreiteira apresentará o projeto do escritório e sua execução só será iniciada após aprovação da fiscalização.

3.8 - Instalações Sanitárias

Deverão ser executadas instalações sanitárias para os operários, conforme exigências sanitárias dos órgãos competentes.

3.9 - Maquinaria e Equipamentos

De acordo com a necessidade da obra, serão previstos pela empreiteira todos os equipamentos, maquinarias e ferramentas, a fim de que todos os trabalhos de construção sigam o melhor ritmo de produção.

3.10 - Seguro de Operários e Seguro Contra Fogo

A empreiteira de acordo com as exigências da C.L.T. e do DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO será a única responsável por quaisquer acidentes no trabalho, sofridos pelos seus operários e terceiros. E quaisquer danos provocados por incêndios, correrão por exclusiva responsabilidade da mesma que manterá inclusive extintores contra incêndio no local dos serviços. Os operários deverão, obrigatoriamente, utilizar equipamentos de segurança tais como capacetes, luvas, etc., de acordo com a necessidade da atividade que estiverem desenvolvendo. O uso de capacetes, luvas e outros



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

equipamentos de segurança pelos operários serão obrigatórios. Tudo será fornecido pela empreiteira.

3.11 - Locação da Obra

A firma empreiteira fará a locação da obra obedecendo inteiramente ao projeto. Para a locação deverão ser usados instrumentos de precisão, tais como: teodolito, nível topográfico, trena metálica, etc.

O empreiteiro será responsável por qualquer engano de alinhamento ou nivelamento, correndo, por sua conta, a demolição e reconstrução dos serviços imperfeitos.

3.12 - Licenças, Taxas, Multas e Demais Contribuições Legais

As licenças e multas cobradas pelos órgãos públicos, associações, conselhos e entidades afins, impostos, ligações provisórias e definitivas de todas as instalações serão por conta do empreiteiro, como também com referência ao CREA, INSS, FGTS, etc.

* Alvará

A empreiteira deverá obter o alvará de licença para execução das obras junto à fiscalização e mantê-lo disponível no canteiro de obras.

* Registro da Obra no CREA e no INSS

Os registros no CREA e no INSS, devem ser efetuados pela empreiteira. O pagamento da primeira fatura dos serviços, além de outros documentos exigidos pela legislação em vigor, ficam condicionados à apresentação previa de cópia dos registros, matrículas e guias de recolhimento devidamente quitadas.

3.13 - Projeto

Todos os projetos complementares e/ou detalhes construtivos que forem necessários à continuidade dos serviços, e que não tenham sido fornecidos pelo projetista, serão elaborados unicamente pela empreiteira, e deverão ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

apresentados à PMI acompanhados de uma cópia heliográfica, aprovados pelos órgãos competentes, quando for o caso, para aprovação final da PMI, sob pena de embargo.

4 - MOVIMENTO DE TERRA

4.1 - Terraplenagem

O serviço de terraplenagem tem como objetivo a conformação do relevo terrestre para implantação de obras de engenharia, tais como açudes, canais de navegação, canais de irrigação, rodovias, ferrovias, aeroportos, pátios industriais, edificações, barragens e plataformas diversas.

4.2 - Serviços iniciais

Inicialmente a empresa executora da obra (contratada), através de sua equipe de topografia, irá fazer a marcação dos “offsets” o qual deve seguir rigorosamente o projeto em anexo, somente após as marcações da topografia deve iniciar os serviços de terraplenagem

4.3 - Corte, escavação , carga e transporte

As operações de corte compreendem:

- * escavação dos materiais constituintes do terreno natural até o greide de terraplenagem indicado no projeto;
- * carga e transporte dos materiais para aterros ou bota -foras;

Estes materiais deverão ser transportados para locais previamente indicados pela fiscalização, de forma a não causar transtornos, provisórios ou definitivos, às obras. Serão empregados tratores equipados com lâminas, carregadoras conjugadas com outros equipamentos, escavadeira hidráulica e transportadores diversos.

4.4 - Aterro e reaterro

Após a locação, marcação e nivelamento da topografia as operações de aterro compreendem :



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Escavações, carga, transporte, descarga, espalhamento, conveniente umedecimento ou aeração e compactação dos materiais de cortes ou empréstimos, para a construção do corpo do aterro até as cotas indicadas em projeto

A execução dos aterros deverá prever a utilização racional de equipamentos apropriados atendidas as condições locais e a produtividade exigida.

Na construção dos aterros poderão ser empregados tratores de lâmina, caminhões basculantes, motoniveladoras, rolos lisos, pé -de-carneiro vibratórios, arados, grade de disco, caminhões pipa etc.

4.5 - Expurgo

O entulho e os materiais não sujeitos a reaproveitamento provenientes de qualquer demolição, remoção ou limpeza do terreno devem ser transportados pela empreiteira e levados a bota-fora.

5 - PAVIMENTAÇÃO

5.1 - Bloco de Concreto

As ruas especificadas em projeto serão pavimentadas em blocos de concreto pré-moldados tipo pavi's ou retangular, com espessura de 8cm e resistência a compressão mínima de 35Mpa, assentados sobre colchão de areia na espessura indicada em projeto, travados através de contenção lateral e por atrito entre as peças.

Material

Peças ou blocos pré-moldados de Concreto

As peças ou blocos pré-moldados de concreto deverão atender às exigências da norma ABNT 9781.

5.1.1 - Método Executivo

Subleito



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

O subleito deverá ser regularizado segundo o projeto e baseado nas especificações pertinentes. Se necessário, deverá ser compactado e reforçado.

Sub-base

Quando prevista, será executada de acordo com as especificações do projeto, devendo manter sua conformação geométrica até o assentamento das peças ou blocos pré-moldados.

Para melhor desempenho do pavimento sugere-se que o material da sub-base seja coesivo ou que se utilize brita graduada de granulometria fechada. A espessura da sub-base deverá ser definida em projeto, não podendo, entretanto, ser inferior a 15cm.

Execução de camada ou colchão de areia

Consiste no espalhamento de uma camada de areia média ou grossa, sobre base ou sub-base existentes. Suas principais funções são permitir um adequado nivelamento do pavimento que será executado e distribuir uniformemente os esforços transmitidos à camada subjacente. A espessura do colchão será de 5cm.

Distribuição dos blocos pré- moldadas

Os blocos ou peças ou blocos deverão ser empilhados, de preferência, à margem da pista.

Não sendo possível utilizar as áreas laterais para depósito, serão empilhados na própria pista, tendo-se o cuidado de deixar livres as faixas destinadas à colocação das linhas de referência para o assentamento.

Assentamento

Os blocos deverão ser assentados em fiadas, perpendiculares ao eixo da via, ficando a maior dimensão na direção da fiada, ou de acordo com o projeto.

O acabamento deverá estar de acordo com as tolerâncias estabelecidas no projeto. As faces mais uniformes dos blocos deverão ficar voltadas para cima. Caso o projeto seja omissivo, deverão ser observados os seguintes procedimentos :

Juntas

As juntas deverão ser alternadas com relação às duas fiadas vizinhas, de tal modo que cada junta fique, no máximo, dentro do terço médio do paralelepípedo ou peça vizinha.

Assentamento em trechos retos



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Inicialmente serão fixadas estacas ou ponteiros de aço, distantes a cada 10,0m no sentido longitudinal da via, uma no eixo e uma em cada bordo da via. No sentido do eixo para os bordos serão cravadas estacas ou ponteiros auxiliares, a cada 2,50m.

Em seguida, com o auxílio de um giz, serão marcadas as cotas superiores da camada de pavimento, conforme projeto, obedecendo ao abaulamento previamente estabelecido. Normalmente, este abaulamento corresponde a uma parábola cuja flecha é de $1/50$ da largura da pista.

Serão então colocadas, longitudinalmente, linhas de referência fortemente distendidas. As seções transversais serão fornecidas por linhas que se deslocarão perpendicularmente às linhas de referência, apoiadas sobre estas.

Em se tratando de paralelepípedos ou de peças ou blocos quadradas ou retangulares de concreto, inicia-se o assentamento da primeira fileira, perpendicular ao sentido da via, acompanhando uma das linhas transversais.

Sobre a camada de pó de pedra, será assentado o primeiro paralelepípedo ou peça, que deverá ficar colocado de tal maneira que sua face superior fique cerca de 1,0cm acima da linha de referência e de tal maneira que uma junta coincida com o eixo da pista.

Em seguida o calceteiro o golpeará com o martelo até que sua face superior fique ao nível da linha. Terminado o assentamento deste primeiro paralelepípedo ou peça, o segundo será colocado ao seu lado, tocando-o ligeiramente e deixando-se uma junta entre eles, formada unicamente pelas irregularidades de suas faces.

A fileira deverá progredir do eixo da pista para o meio fio, devendo terminar junto a este ou à sarjeta, caso exista.

A segunda fileira será iniciada colocando-se o centro do primeiro paralelepípedo ou peça sobre o eixo da pista. Os demais são assentados como os da primeira fileira.

A terceira fileira deverá ser assentada de tal modo que as juntas fiquem nos prolongamentos das juntas da primeira fileira; os da quarta, nos prolongamentos das juntas da segunda, e assim por diante.

No encontro com as guias ou sarjetas, o paralelepípedo ou peça de uma fileira deverá ter comprimento aproximadamente igual à metade do paralelepípedo ou peça da fileira vizinha.

Deve-se ter o cuidado de empregar paralelepípedos ou peças ou blocos de dimensões e formatos uniformes. Quando forem utilizados peças ou blocos sextavados de concreto, será feito o assentamento da primeira com uma aresta coincidindo com o eixo da pista, restando assim o vértice de um ângulo encostado à linha de origem do assentamento. Os triângulos



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

deixados vazios serão preenchidos com frações de peças ou blocos previamente fabricadas.

Assentados os blocos da primeira fileira, os encaixes das articulações definirão as posições dos blocos da fileira seguinte. O assentamento da segunda fileira deverá ser executado, de modo que as juntas desta coincidam com os centros das peças ou blocos da fileira anterior. Os ângulos deixados no assentamento da primeira fileira definirão a posição das peças ou blocos da segunda. Da mesma forma, estas peças ou blocos definirão as posições das peças ou blocos da terceira fileira, e assim por diante. Imediatamente após o assentamento da peça, deverá ser processado o acerto das juntas com o auxílio de uma alavanca de ferro apropriada, igualando-se a distância entre elas.

No assentamento o calceteiro deverá, de preferência, trabalhar de frente para a fileira que está assentando, ou seja, de frente para a área pavimentada.

Para as quinas em pavimentos com peças ou blocos sextavados de concreto deverão ser empregados segmentos de $\frac{3}{4}$ de peça.

O controle das fileiras será feito por meio de esquadros de madeira (catetos de 1,50 à 2,00m). Colocando-se um cateto paralelo ao cordel, o outro definirá o alinhamento transversal da fileira em execução.

O nivelamento será mantido com a utilização de uma régua de madeira, de comprimento pouco maior que a distância entre os cordéis. Os paralelepípedos ou peças ou blocos entre os cordéis deverão estar nivelados, assim como as extremidades da régua.

O alinhamento será feito acertando-se as faces dos paralelepípedos ou peças ou blocos que encostam nos cordéis, de forma que as juntas definam uma reta sob os mesmos.

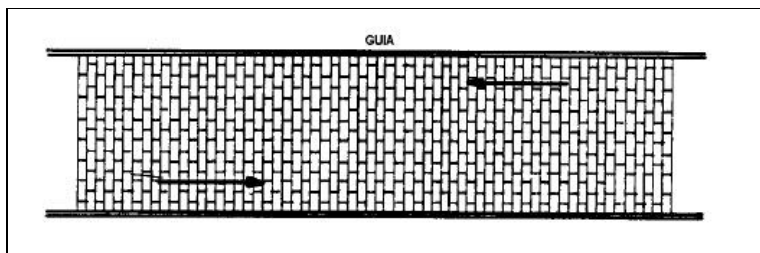


Figura 5.1.1.a - Trecho Reto



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

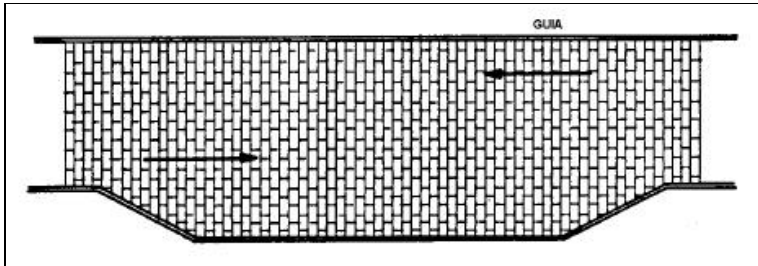


Figura 5.1.1.b - Trecho Reto, com alargamento para estacionamento

Assentamento em trechos curvos

Nas curvas de grande raio, as fileiras deverão ser mantidas normais ao eixo.

Pela ligeira modificação da espessura das juntas transversais será mantida esta perpendicularidade. Nas curvas em que a grandeza do raio for tal que o expediente indicado acima for insuficiente, a disposição dos paralelepípedos ou peças ou blocos será feita de acordo com o projeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

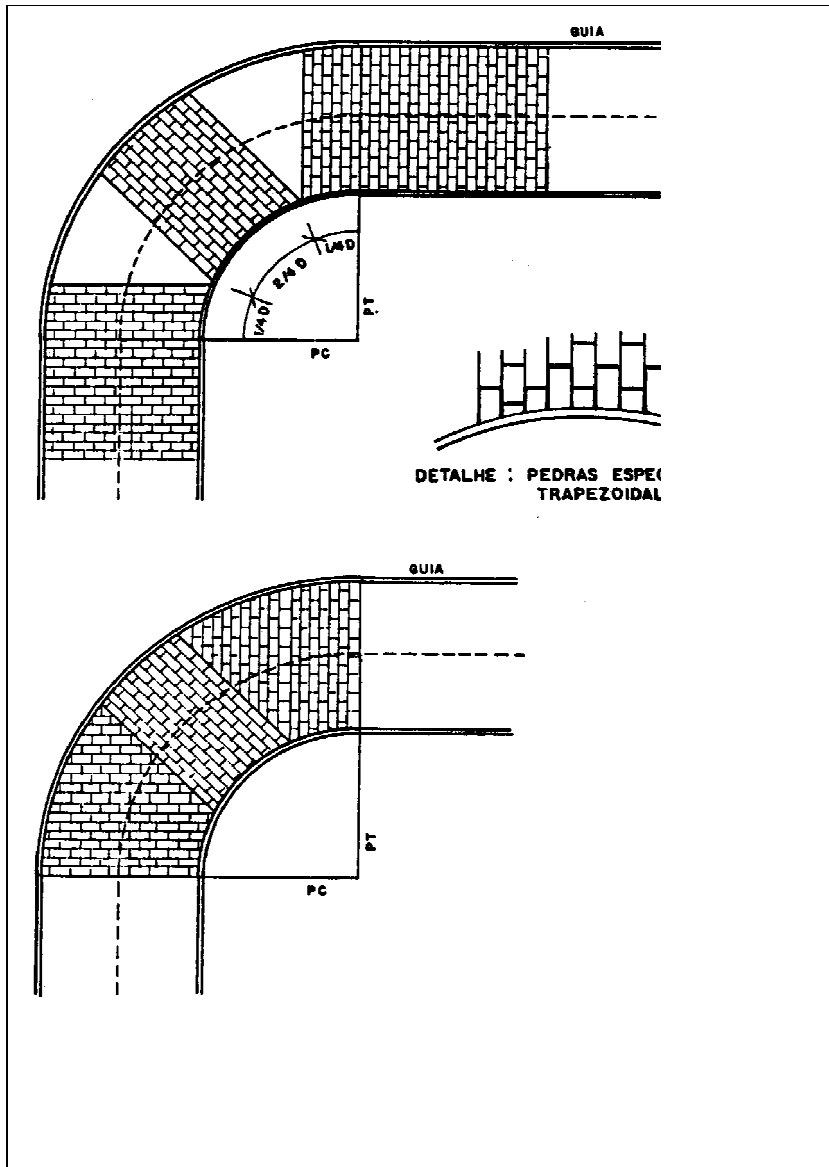


Figura 5.1.1.c - Trecho em Curva de pequeno raio

Assentamento nos Cruzamentos

A disposição dos blocos obedecerá, em cada caso, às instruções do projeto. Na sua falta poderão ser adotadas, como modelo de assentamento, os seguintes procedimentos:

- O assentamento na via principal deverá seguir normalmente, na passagem do cruzamento, acompanhando o alinhamento das guias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

- Na via secundária, o assentamento deverá prosseguir até encontrar o alinhamento das peças ou blocos inteiros da via principal, executando-se, inclusive, a concordância da quina.
- As diferenças devido à concordância deverão ser distribuídas pelas fileiras anteriores. Em geral, utilizam-se amarrações de 10 em 10m, para permitir a distribuição da diferença a ser corrigida por toda a extensão da quadra em pavimentação.

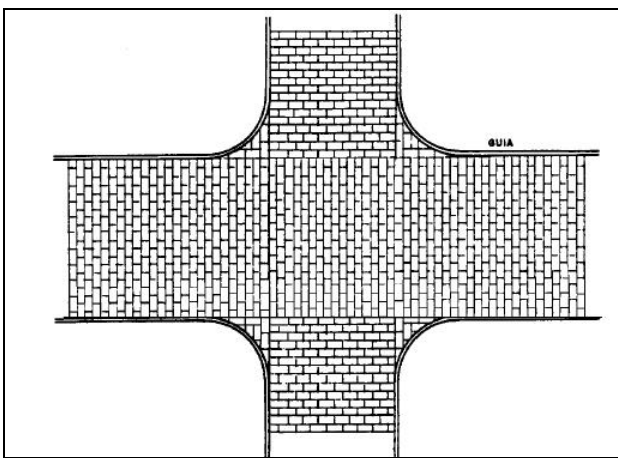


Figura 5.1.1.d - Cruzamento reto de via secundária com via principal

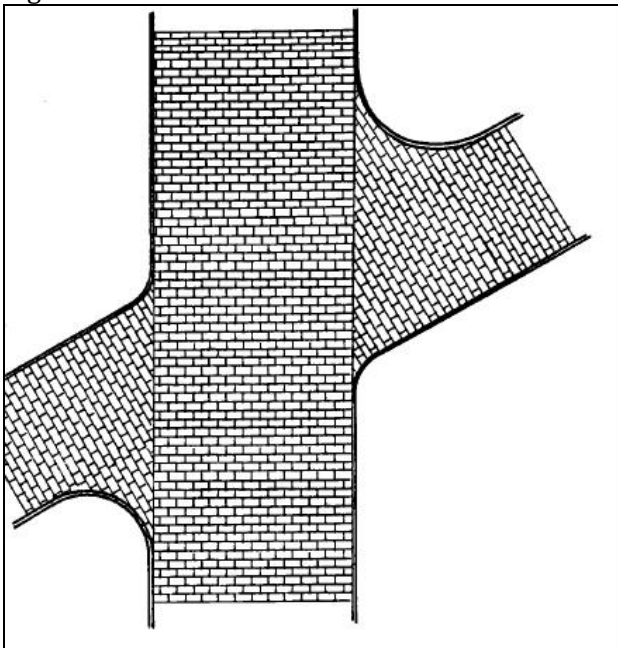


Figura 5.1.1.e - Cruzamento esconso de via secundária com via principal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Não havendo distinção entre via principal e secundária e não havendo definição em projeto, será adotada a solução conforme a figura abaixo:

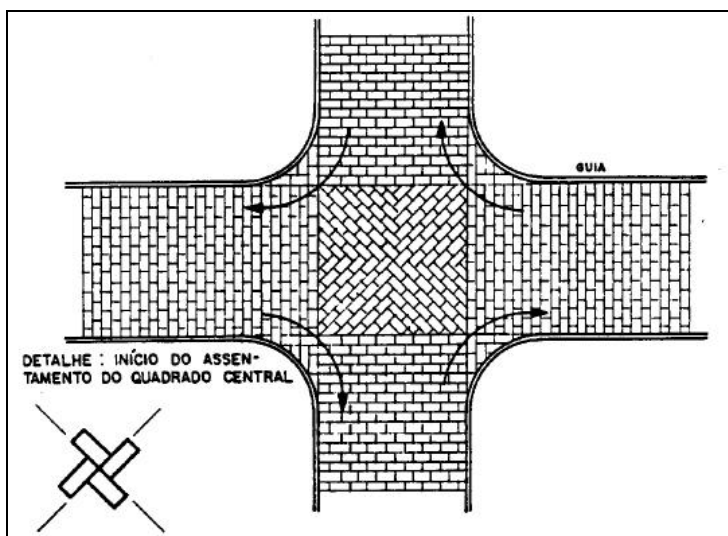


Figura 5.1.1.f - Cruzamento reto de 2 vias principais ou secundárias



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

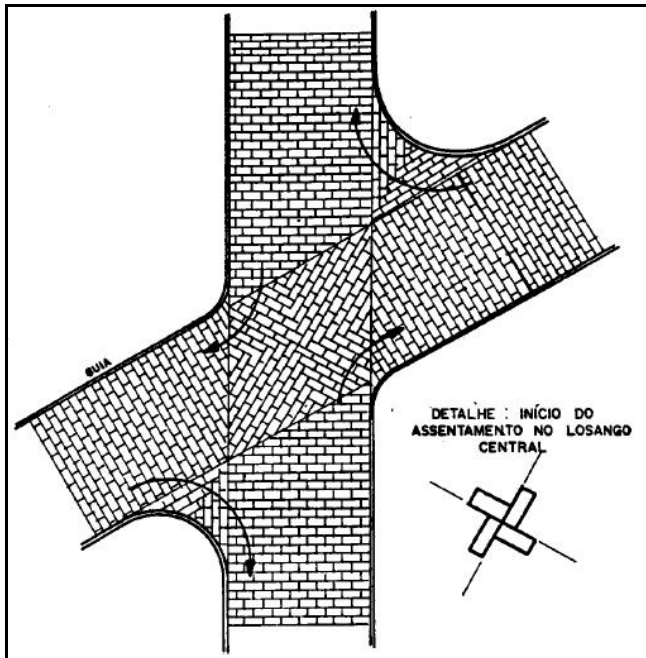


Figura 5.1.1.g - Cruzamento esconso de 2 vias principais ou secundárias

Assentamento em Entroncamento

Na pista principal, o calçamento deverá continuar sem modificação. Na secundária, o assentamento seguirá da mesma forma até encontrar o alinhamento do bordo da pista principal.

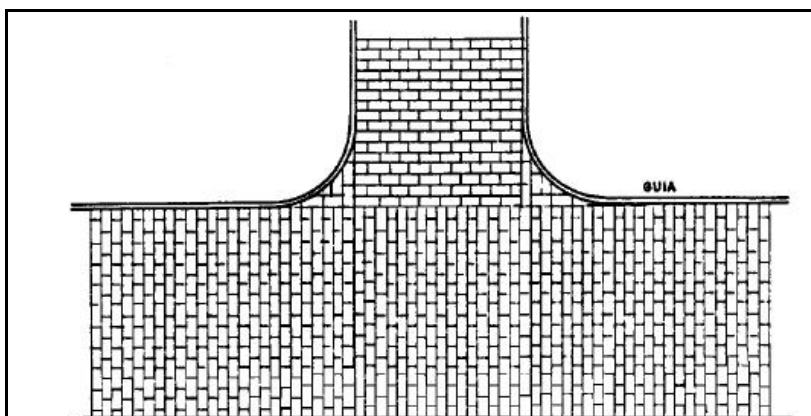


Figura 5.4.1.g - Entroncamento reto de via secundária com via principal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

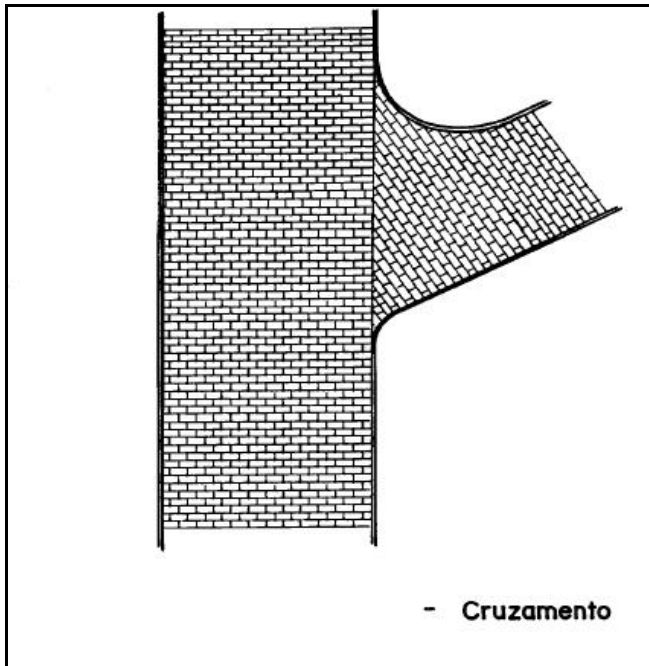
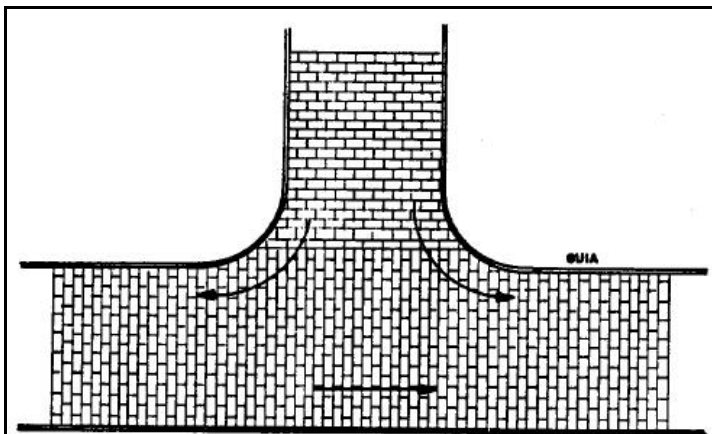


Figura 5.1.1.h - Entroncamento esconso de via secundária com via principal

Não havendo distinção entre via principal e secundária e não havendo definição em projeto, será adotada a solução conforme a figura abaixo:





PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Figura 5.1.1.i - Entroncamento reto de 2 vias principais ou secundárias

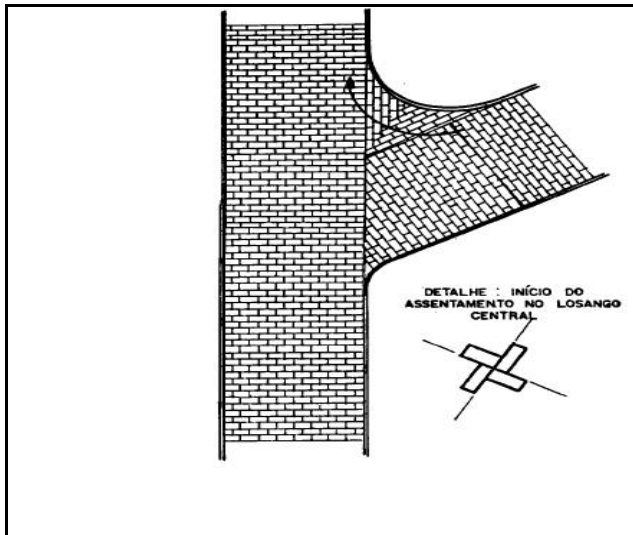


Figura 5.1.1.j - Entroncamento esconso de 2 vias principais ou secundárias

5.2 - Piso dos Passeios

Conforme lei 3032/2009 , Seção XIII:

Dos Passeios Públicos e Muros

Art. 70. A construção e reconstrução das calçadas dos logradouros públicos que possua meio-fio em toda a extensão das testadas e terrenos, edificados ou não, são obrigatórias e competem aos proprietários e possuidores do mesmo, obedecendo o conceito de Acessibilidade Universal e baseado na NBR 9050/04 da ABNT

5.3 - Meio-Fio

Serão assentados em todo o perímetro dos passeios, canteiros, acessos e demais locais indicados em projeto e que se fizerem necessários.

Deverão manter o alinhamento indicado, não aceitando a fiscalização, os serviços que por ventura apresentam irregularidades quanto ao alinhamento e cotas indicadas em projeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Os meio-fios serão de concreto pré-moldado com arestas vivas, formas regulares, com dimensões de 10x30x100cm, rejuntados com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

Os meios-fios serão rebaixados onde houver rampas para pedestres e para veículos.

“REDE COLETORA DE ESGOTO”

APRESENTAÇÃO

Os documentos a seguir apresentados integram o Projeto de Engenharia para a implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro São Cristovão, rua José Luiz Fiorotti, Município de Ibiracu – ES.

INTRODUÇÃO

Os dejetos humanos podem ser veículos de germes patogênicos de várias doenças por isso, torna-se indispensável afastar as possibilidades de seu contato com o homem, águas de abastecimento, vetores e alimentos.

Observa-se que devido à falta de medidas práticas de saneamento e de educação sanitária, grande parte da população tende a lançar os dejetos diretamente sobre o solo, criando, desse modo, situações favoráveis à transmissão de doenças.

A solução recomendada é a construção de um sistema público de esgotos, com adequado destino final.

Este memorial descreve o projeto do sistema de esgotamento sanitário para o Bairro São Cristovão.

CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

O município de Ibiracu localiza-se no Pólo Linhares, região norte do Estado do Espírito Santo .

A sede municipal é definida pelas coordenadas geográficas 19°49'19" de latitude sul e 40°35'31" de longitude oeste .

O município limita-se a norte com o município de João Neiva , a leste com Aracruz , a sul ,sul com fundão ,a oeste com Santa Tereza .

Ibiracu se conecta a outras regiões do país através da Rodovia BR 101(km212) e da Estrada de Ferro Vitoria- Minas (estação de Aricanga),que atravessam o município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

A distancia entre Ibiracu e Vitoria, a capital do Estado, é 54 km em linha reta e 65 km pela BR101.

Segundo o IBGE, o clima do município é quente-umido. A temperatura media anual oscila em torno de 24°C. a media no inverno varia de 22º a 23ºC, chegando em alguns dias do ano em partes do município, a 8ºC.

A época das chuvas em Ibiracu é entre os meses de outubro e março, com a média de precipitações acima de 100 mm, sendo os meses de novembro e dezembro e janeiro os mais chuvosos. De abril a setembro chove menos e o solo fica mais ressecado.

Os solos predominantes no município de Ibiracu são classificados como Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico, com fertilidade variando de média a baixa e ph em torno de 5,0.

Atualmente, a mata atlântica existe somente nas regiões mais elevadas, onde o homem não conseguiu devastá-la para extração de madeira e para plantação.

Em toda a região existia a madeira de lei, como o jacarandá, o cedro, a peroba, jequitibá e outros.

As matas que ainda hoje existem ficam em Alto Bérغامo e Terra Fria, por estarem em áreas elevadas e morros.

Existem ainda os campos, onde se desenvolve a criação de gado, e as capoeiras, que são formadas por plantas como, por exemplo o camará.

A única reserva ecológica existente é a Reserva Particular do Patrimônio Natural do Morro da Vargem, com áreas de 120 hectares.

O município de Ibiracu, em 2000, uma população de 10.136 habitantes, dos quais 7.401 residem em áreas urbanas (76,7%) e 2.735 em áreas rurais (23,3%).

CONCEPÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

O sistema de esgotamento sanitário projetado tem como objetivo permitir a coleta, o transporte e disposição final dos efluentes sanitários a serem gerados na rua José Luiz Fiorotti, Bairro Cristovão, propiciando melhores condições de saúde, conforto e bem estar à população residente.

REDE COLETORA DE ESGOTO

O sistema projetado na rua José Luiz Fiorotti, é tipo separador absoluto, integrado e homogêneo composto de rede e de ligações domiciliares.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

As canalizações dos coletores foram projetadas para funcionar como conduto livre.

O traçado da rede coletora foi orientado pela topografia do local, uma vez que o escoamento se processará segundo o caimento do terreno.

A rede coletora será parte posicionada no terço médio da rua, no lado oposto à rede de água e parte em área sem pavimentação revestida com vegetação rasteira próxima ao corpo hídrico existente.

Nas deflexões da rede, mudanças de declividade, mudanças de diâmetro e material será usado o poço de visita com finalidade permitir a manutenção da rede.

Os poços de visitas serão executados em anéis pré-fabricado de concreto armado com diâmetro interno de 60mm.

A distância máxima entre os dispositivos de inspeção será de 100 m.

LIGAÇÕES DOMICILIARES

As ligações domiciliares são as responsáveis pela condução do esgoto doméstico proveniente das edificações até a rede coletora.

Serão compostas por caixa de ligação, tubulação, curva de 90 e selim elástico.

As ligações prediais serão executadas na frente de cada residência ou lote com a caixa de ligação executada no passeio.

As caixas de ligação serão em anel de concreto pré-fabricado com tampa de concreto.

SISTEMA COLETIVO DE TRATAMENTO

O esgoto gerado nas ruas José Luiz Fiorotti, Bairro São Cristovão serão integrados ao sistema da Sede do município de Ibiracu, assim o sistema de tratamento não será abordado nesse projeto.

ESTUDO DA POPULAÇÃO

A previsão de crescimento da população habitualmente é realizada com o emprego de métodos que utilizam dados conhecidos e determinam por extrapolação os valores futuros.

Devido à complexidade dos fenômenos relacionados com o crescimento das populações, os valores obtidos devem ser considerados aproximados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

No estudo do crescimento da população urbana do bairro optou-se pela previsão da população da saturação através da densidade e com suas prováveis áreas de expansão .

Segundo o SAAE , o Bairro Cascata possui 151 ligações domiciliares, dessa forma o calculo para o dimensionamento da rede coletora de esgoto será baseado nos dados fornecidos pela autarquia.

ANO	NUMERO DE RESIDÊNCIAS	HABITANTE POR DOMICILIO
Inicial	151	5
Saturação	755	5

DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA

Rede coletora de Esgoto

- **Parâmetro e Critério de Projeto ;**

De acordo com as características da área em estudo, e tendo em vista as determinações constantes nas normas Brasileiras da ABNT e demais dispositivos legais, foram fixados os parâmetros que nortearão o desenvolvimento do projeto .

- **Consumo médio de água por habitante ,C;**

Sendo o sistema de esgotamento sanitário receptor final das águas distribuídas pelo sistema de água, o consumo médio de água a ser utilizado no sistema de esgotos deverá ser o mesmo do sistema de água ,quando não há outras fontes de suprimento de água a serem consideradas .

Assim ,o consumo médio de água a ser utilizado nos estudos e projetos será de 150 l/hab.dia.

- **Coefficiente de variação de vazão ,K1 e K2**

Como inexistem dados locais comprovados oriundos de pesquisas ,a NRB 9646/1996 recomenda a adoção dos seguintes valores;

- K₁,coeficiente de máxima vazão diária :1,20
- K₂,coeficiente de máxima vazão horaria:1,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

- **Coefficiente de retorno água / esgoto**

Também não dispõem de dados locais comprovados oriundos de pesquisas sobre o coeficiente de retorno. Portanto utilizou-se o valor de 0,80, conforme recomendado pela NBR 9649/1996 da ABNT, quando não se dispõe de dados comprovados.

- **Taxas de Infiltração**

Pelas análises locais, dadas as particularidades da região, e considerando ainda o uso de PVC, com menor número de juntas, recomenda-se à adoção da seguinte taxa de contribuição de infiltração: 0,0003 l/s.m.

- **Vazão Mínima ;**

Vazão mínima considerada para efeito de cálculo será de 1,50 l/s, de acordo com a NBR 9649/1986.

- **Lamina máxima**

A lâmina líquida máxima admitida para a tubulação será de 75 %.

- **Diâmetro mínimo**

O diâmetro mínimo utilizado para a rede coletora foi 100 mm.

- **Material**

O material considerado foi o PVC EB-644, coletor de esgoto com junta elástica, cor ocre, ou polietileno de alta densidade para tubulação com diâmetro maior ou igual 150 mm.

- **Profundidade**



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

Segundo a NBR 9648/1986;

O recobrimento não deve ser inferior a 0,90 m para coletor assentado no leito da via de tráfego, ou a 0,65 m para coletor assentado no passeio. Recobrimento menor deve ser justificado.

Para assentamento de tubos em vias, onde o recobrimento for menos que 1,50m, deverá ser providenciado o encamisamento das tubulações.

DIMENSIONAMENTO HIDRÁULICO

O dimensionamento hidráulico da rede coletora foi efetuado de acordo com a NBR 9649/1986, segundo o critério da tensão trativa, lamina líquida e velocidade crítica.

Conhecida em cada trecho a vazão inicial e final, a declividade a ser adotada deve ser aquela que implique na menor escavação possível e o diâmetro escolhido deverá transportar as vazões de modo que a tensão trativa não seja inferior a 1,0 Pa, para a vazão inicial e a altura de lamina na tubulação não seja a 75% do diâmetro, para vazão final.

- **Declividade mínima**

A declividade mínima que satisfaz a condição de tensão trativa de 1,0 Pa, com a utilização de 'n' de Manning igual a 0,010, foi obtida pela equação:

$$I_{mm} = 0,0055 \times Q_1^{-0,47}$$

onde Q_1 = vazão de jusante do trecho no início do plano I, /s

- **Tensão trativa**

Pelo critério da tensão trativa haverá autolimpeza nas tubulações de esgoto, desde que pelo menos uma vez por dia atinja uma tensão trativa igual ou superior a 1,0 Pa, qualquer que seja a altura da lamina líquida.

A tensão é calculada pela equação:

δ = tensão trativa, Pa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

γ = peso específico do esgoto, 10^4 N/M^3

R_h = raio hidráulico, m;

I = declividade da tubulação

- **Velocidade Crítica**

Conforme recomendações da norma brasileira quando a velocidade final for superior a velocidade crítica, a maior lamina admissível deve ser de 50 % do diâmetro do coletor .

A velocidade crítica é definida como :

$$V_{\text{crit}} = 6 \times (g \times R_h)^{1/2}$$

onde,

g = aceleração da gravidade, m/s^2

- **As vazões de Projeto**

As vazões de contribuição, na área de projeto, são constituídas das vazões de esgoto doméstico e das contribuições de infiltração. Não serão consideradas vazões industriais.

A vazão de infiltração inicial/final pode ser calculada pela expressão:

$$Q_{\text{inf}(i)} = L \times I_{(i)}$$

$$Q_{\text{inf}(f)} = L \times I_{(f)}$$

onde

L = comprimento da rede coletora de esgoto, m;

I_i e I_f = contribuição de infiltração, l/s.m ;

A taxa de contribuição linear inicial/final foi dada pela expressão :

$$q = (\text{Pop} \times c \times R \times K1 \times k2) / 86400 + L \times I$$

P = população de projeto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Q_{cp} = consumo “ per capita” I/hab.dia;

R = coeficiente de retorno água/esgoto

K_1 : Coeficiente do dia de maior consumo;

K_2 : Coeficiente da hora de maior consumo.

A contribuição linear pelo comprimento do trecho.

Conforme recomenda a norma NBR 9649 a menor vazão utilizada nos cálculos foi de 1,50 Vs que corresponde ao pico instantâneo de vazão decorrente da descarga de um vaso sanitário.

O dimensionamento da rede coletor, assim como o detalhamento e as cotas topográficas estão indicadas nas planilhas de cálculo em anexo, e representado nos desenhos.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A execução das obras obedecerá rigorosamente as normas brasileiras, os projetos e detalhes fornecidos, não se admitindo em hipótese alguma alterações, sem autorização prévia do projetista.

Antes do início das obras, se conferirá todos os elementos do projeto em relação ao campo relatando ao projetista as divergências, incorreções e dúvidas surgidas na interpretação dos projetos e especificações.

• Serviços Técnicos

A demarcação e o acompanhamento dos serviços a executar deverão ser efetuados por equipe de topografia experiente nesta função.

A rede coletora de esgoto será executada conforme projeto existente e de acordo com as normas da concessionária local, com os fundos de vala obedecendo rigorosamente os níveis estabelecidos nos perfis e planilhas de cálculos.

Os nivelamentos e locações serão determinados com auxílio de aparelho de precisão.

A locação da rede será feita no passeio ou no terço médio de cada rua e sempre do lado oposto à rede de água potável, salvo indicado em contrário no projeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Depois de completada a montagem e antes do completo recobrimento a tubulação será testada a fim de constatar-se estanqueidade da linha.

Para realizar os testes, deve-se recobrir a parte central dos tubos, deixando as juntas a descoberto. De preferência, para facilidade operacional, o trecho a ser testado não deve exceder 100m.

Os reparos ou substituições necessárias serão assinalados e executados imediatamente. Todos os equipamentos que integram o sistema deverão ser igualmente testados, de acordo com as especificações dos fabricantes e normas vigentes.

- **Movimento de terra**

Abrange todos os serviços de escavação, aterro, reaterro, compactação, carga, descarga e transporte de materiais para áreas de bota-fora.

Os equipamentos a serem utilizados deverão ser adequados aos tipos de escavação. Nas valas de profundidade até 4,00m, com escavação mecânica, serão utilizadas retroescavadeiras, podendo ser utilizada escavação manual no acerto final da vala.

As escavações das valas serão feitas nas profundidades estabelecidas no projeto, acrescidas de 0,15m tendo em vista que a rede coletora ficará apoiada sobre um berço de areia ou pó de pedra com referida espessura.

Não serão permitidas profundidades maiores que 0,20m além das estabelecidas em projeto, para posterior reenchimento. Caso ocorra, o reenchimento será feito com areia devidamente compactada.

As valas terão largura mínima 0,80m para tubos com diâmetro de 100mm a 300mm. Para profundidades superiores a 2,00m, serão acrescidos 0,15m na largura das valas, para cada mero ou fração de metro a mais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Caso seja necessário, as valas serão escavadas de modo a se evitar desabamento de suas paredes, devendo o tipo e o método de escoramento adotado serem previamente aprovados pela fiscalização.

O aterro/reaterro das valas para tubulações será processado após a realização dos testes de estanqueidade e até o restabelecimento dos níveis anteriores das superfícies originais.

O aterro hidráulico consistirá no fornecimento e lançamento de material em camada com espessura que exceda a geratriz superior do tubo de 0,20m, visando a proteção do coletor. Este material deverá ser desprovido de detritos vegetais, materiais sólidos e adensado hidraulicamente.

Após o assentamento dos tubos, as valas serão reaterradas em camadas de 0,20m de espessura, compactadas reduzidas à espessura de 0,14m até o nivelamento com o greide de terraplenagem da rua. A compactação deverá ser feita manualmente ou com compactadores mecanizados, com o devido cuidado nas camadas profundas para evitar possíveis deslocamentos dos tubos.

O material utilizado no reaterro será de boa qualidade, isento de peras e corpos sólidos que possam interferir na integridade dos coletores.

Quando o material escavado não for conveniente ao reaterro, deverá ser substituído por material de boa qualidade selecionado de Empréstimos.

O reaterro e apiloamento de cavas referem-se à reposição dos materiais escavados a mais para permitir a construção de obras aterradas.

Dependendo das dimensões do aterro e do tipo de solo, a compactação poderá ser manual (com soquete de madeira, metálico) ou mecânica (com equipamentos tipo "sapo mecânico" ou "placa vibratória"). A espessura máxima das camadas para compactação não poderá exceder 20cm.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

O processo a ser adotado no apiloamento de cavas ou valas ,bem como as espessuras máxima das camadas ,estão sujeita à aprovação da fiscalização.

Após a execução do aterro/reaterro, todo material proveniente da escavação que houver sido utilizado deverá ser removido a bota-fora.

ESCORAMENTO

Será utilizado o escoramento sempre que a altura dos taludes de valas e cavas ultrapasse 1,20 m ou quando paredes laterais forem constituídas de solo passível de desmoronamento .

O tipo de escoramento a empregar dependera da qualidade do terreno e da profundidade da vala .Normalmente serão empregados os tipos de escoramento de madeira ,isentos de trincas ,falhas ou nós, que possam comprometer a resistência aos esforços que irão suportar .

O escoramento só poderá ser retirado quando o fechamento da vala (aterro ou reaterro) atingir de 0,60 m acima geratriz externa superior da tubulação ou 1,50 m abaixo da superfície natural do terreno ,com a condição de que seja de boa qualidade .A distancia máxima entre o ultimo ponto escorado e a frente da escavação deverá ser de 2,00 m .

O pé da cortina do escoramento deve ficar em cota inferior ao leito da vala ,cota esta determinada pela fiscalização em função do terreno .Se por algum motivo, houver a necessidade do escoramento ficar definitivo na vala ,deve ser retirada da cortina de escoramento uma faixa de aproximadamente 90 cm abaixo do nível do pavimento da superfície existente.

ESGOTAMENTO

Compreende todos os serviços relativos à drenagem e rebaixamento do lençol d'água, conseqüente esgotamento, a fim de manter permanentemente drenado o terreno, impedindo que o nível de água se



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

eleve no interior das cavas ou valas criando obstáculo perfeita execução da obra .Toda água oriunda do esgotamento deverá ser encaminhada para a galeria de águas pluviais ou vala mais próxima, por meio calhas ou condutor a fim de evitar o alargamento de áreas circunvizinhas.

O tipo de esgotamento ser adotado varia com as condições locais ,profundidade do lençol d'água e constituição geológica do solo. Podem ser empregadas bombas centrífugas acionadas por motor a combustão ou elétrico .Estas bombas devem ser de construção especial para trabalho severo, como recalque d'água contendo areia ,lodo e outros sólidos em suspensão .Devem ser portáteis ,auto-escavantes e construídas para grandes alturas de sucção e pequenas altura de recalque .

POÇOS DE VISITAS

Os poços de visitas serão executados com anéis de concreto pré-moldado, com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

O fundo será de concreto simples no traço 1:3:5 (cimento ,areia e brita)com 0,20 m de espessura sobre terrenos firmes ou devidamente consolidados.

Todos os poços de visitas serão dotados de um tampão de ferro fundido articulado tipo para transito pesado, fabricado de acordo com a normas especificas, com o vão livre de 0,60 m para inspeção ,contendo no mínimo a inscrição "ESGOTO"

A fim de evitar o deposito de materiais sólidos no fundo ,serão executadas canaletas e almofadas em argamassa de cimento e areia no traço 1:3, que deverão concordar com os coletores afluentes ao poço.

Os coletores que chegarem ao poço com a altura superior a 0,50 m do fundo, serão dotados de tubo de queda.

TUBULAÇÃO

Em todas as fases de transporte ,manuseio e empilhamento devem ser tomadas medidas especiais para evitar choque que afetem a integridade dos materiais .

REDE COLETORA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

A rede coletora será de tubo rígido PVC com junta elástica, conforme NBR7362, ou polietileno de densidade, nos diâmetros especificados no projeto. Nos locais indicados em projeto, próximo as margens do corpo hídrico, a rede será aérea, em tubo de ferro fundido DN 150mm, com ponta e bolsa junta elástica JE2GS, fornecido com anel de borracha nitrílica e pasta lubrificante para uso em esgoto sanitário fabricado conforme NBR-15420, revestimento interno em cimento aluminoso, revestimento externo de zinco e pintura epóxi vermelha, com comprimento útil de 6 metros e diâmetros conforme projeto. A rede de esgoto aérea será fixa em pilaretes de concreto 20 mpa, conforme especificado em projeto, com fundação indireta em estacas de madeira eucalipto citriodora tratado, diâmetro 0,15m.

As estacas de madeira devem atender às seguintes condições:

- a) a ponta e o topo devem ter diâmetros maiores que 15 e 25 centímetros respectivamente;
- b) a reta que une os centros das seções de ponta e topo deve estar integralmente dentro da estaca;
- c) os topos das estacas devem ser convenientemente protegidos com chapas de aço ou outro material resistente, para não sofrerem danos durante a cravação; quando, entretanto, durante a cravação ocorrer algum dano na cabeça da estaca, deverá ser removido a parte danificada ou substituída a peça;
- d) as estacas de madeira devem ter seus topos (cota de arrasamento) abaixo d'água permanente; em obras provisórias ou quando as estacas recebem tratamento de eficácia comprovada, essa exigência pode ser dispensada;
- e) quando se tiver que penetrar ou atravessar camadas resistentes, as pontas devem ser protegidas por ponteira de aço;
- g) as estacas de madeira em eucalipto citriodora devem ser protegidas contra o ataque de organismos ou seja imunizadas. A imunização (ou tratamento) do eucalipto é um procedimento industrial realizado em caráter de preservação, que tem o principal objetivo de aumentar a vida útil da madeira. O tratamento químico confere às toras resistência aos ataques de fungos e insetos, como também impede que elas se decomponham com o passar do tempo. O processo de imunização da madeira pode deverá se realizado em, basicamente, cinco etapas;

Introdução da madeira no autoclave (máquina de esterilização).

Retirada do ar e da umidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Inserção do arseniato de cobre cromatado (CCA) — líquido imunizante que protege a madeira dos agentes biológicos.

Transferência do CCA para o tanque de armazenamento.

Retirada do excesso de produto químico da madeira.

Nota importante;

Deverá ser conferido se a madeireira que fabrica o eucalipto insere os antirrachas corretamente nas toras na hora do beneficiamento na floresta. Os antirrachas são pequenas chapas metálicas que têm duas funções: impedir o surgimento de rachaduras na madeira; identificar a procedência da peça e a data em que foi feito o seu tratamento.

Os tubo não deverão apresentar através de exames visual irregularidade de fabricação, tais como :fendas ,saliências ,curvaturas ,depressões ou falhas ,etc.

Os tubos serão assentados em cada trecho ,de jusante para montante, com bolsa voltada para montante e com assentamento prévio dos tubos dos extremos, obedecendo aos níveis estabelecidos no projeto ,com auxílio de fio de nylon bem tracionado e sem catenária ,que orientará o nível dos tubos intermediários do respectivo trecho ,além do uso de aparelhos topográficos .

Os tubos serão unidos por um anel de borracha apropriado.

Quando houver interrupção nos serviços de assentamento da tubulação ,e também em poços de visitas ,as bocas dos tubos deverão ser devidamente tamponadas para evitar entupimentos.

Nos trechos em que o recobrimento da tubulação for mínimo (inferior 1 m),ou quando a tubulação for assentada em ruas compensadas cargas moveis ,devem ser tomadas medidas especiais para sua proteção ,esta proteção pode ser feita mediante lajes. Neste caso o tubo deve ser envolvido em material granular ou pó de pedra, permanecendo desvinculado dos demais elementos de proteção.

LIGAÇÕES PREDIAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Deverão ser executadas caixas de inspeção, no limite frontal dos lotes ,interligando os coletores provenientes das unidades habitacionais á rede coletora .

Conforme indicação do projeto ,alguns ramais efluentes de uma caixa de inspeção serão encaminhados ao poço de visitas mais próximo .

As caixas de inspeção serão pre-moldadas ,diametro 40cm e profundidade não inferior a 0,60. Possuirão no fundo almofadas de concordância em concreto simples traço 1:3:5.

Serão utilizadas conexões do tipo selim 90º elástico com travas e curvas 90º para conexão da ligação predial a rede coletora. O selim deverá ser conectado perpendicularmente ao coletor e verticalmente em relação ao solo.

Estas conexões terão as mesmas marcas e características dos tubos da rede coletora, no diâmetro indicado no projeto e serão assentadas em numero de uma para cada casa ,segundo o posicionamento de saídas e ramais.

Os ramais prediais serão de tubo rígido PVC com junta elástica, conforme a NBR 7362 ou polietileno de alta densidade ,com o diâmetro de 100 mm e assentados com declividade igual ou superior a 2%.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

É obrigação da contratada, sem ônus para PMI:

Caso não tenha sido descrito acima algum serviço necessário para executar a obra conforme projeto, é obrigação da contratada, visto que a licitação é por preço global.

Todo ensaio laboratorial necessário para controle tecnológico dos serviços é de obrigação da contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Revisar e adequar os projetos para ajustes necessários, visando à execução da obra, com a devida autorização da fiscalização. Caso haja necessidade de elaborar projetos complementares, estes também ficarão a cargo da contratada.

Obtenção de alvarás, autorização e licenças para execução das obras junto aos órgãos responsáveis, ficam a cargo da contratada.

A disponibilização de energia elétrica provisória / definitiva (rede da concessionária), inclusive com uso de gerador, se necessário, é de responsabilidade da Contratada.

Recuperação de taludes de rios, córregos e valas a céu aberto (solo cimento, enrocamento com pedra de mão ou serviços equivalentes), afetados pela obra em questão, ou que sejam necessárias para a manutenção de sua integridade e estabilidade dos taludes das margens e/ou da rede implantada, será de responsabilidade da contratada

As placas de sinalização vertical que por ventura necessitem ser retiradas deverão ser replantadas de forma a manter o local devidamente sinalizado, principalmente com relação às placas de regulamentação. As placas danificadas deverão ser repostas por placas novas e idênticas, implantadas no mesmo ponto onde foram retiradas.

Não será permitido o início e/ou andamento dos serviços sem que as equipes de trabalho estejam devidamente qualificadas e dimensionadas, de posse e uso de EPI's, EPC's, com disponibilidade de todas as ferramentas e equipamentos necessários, materiais necessários para o escoramento e sinalização, e demais itens necessários que garantam o adequado andamento dos serviços e a qualidade final das obras, garantindo a segurança, qualidade e eficiência.

Caso ocorram defeitos e/ ou má qualidades nos serviços executados, seja eles apontados pela FISCALIZAÇÃO ou por reclamação de clientes, a CONTRATADA deverá solucioná-los, ou iniciar a recuperação (caso se tratar de solução complexa) em prazo máximo de 48 horas a partir da notificação. O não atendimento ao prazo estabelecido dará direito a PMI de executar os reparos com meios próprios ou de terceiros, cobrando da CONTRATADA os custos dos trabalhos realizados, podendo aplicar as penalidades previstas no edital e legislação vigente.

LIMPEZA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU

Deverão ser removidos da obra todos os materiais e equipamentos ,assim como as peças remanescentes e sobras utilizáveis de materiais, ferramentas e acessórios.

Deverá ser realizadas a remoção de todo entulho da obra, deixando-a completamente desimpedida de resíduos de construção, bem como cuidadosamente varridos os acessos .



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

ANEXO XI

TERMO DE REFERÊNCIA

Elaborado e assinado por:

ERILDO J. FÁVARO

Arquiteto e Urbanista

CAU/ES: A91931-4

CONSTRUÇÃO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NAS RUAS JOSUÉ FIOROTTI E ADRIANA MAIOLI ROSALÉM ROCHA, NO MUNICÍPIO DE IBIRACU/ES

1. OBJETO E JUSTIFICATIVA:

A proposta de pavimentação em trecho das Ruas Josué Fiorotti e Adriana Maioli Rosalém Rocha tem como objetivo a regularização e melhoria das mesmas, uma vez que o pavimento existente é irregular, ou inexistente, como no caso da Rua Adriana Maioli Rosalém Rocha, e não oferece boas condições de uso. Com a pavimentação estima-se proporcionar conforto aos usuários, minimizando desgastes dos veículos e eliminando a constante necessidade de mobilização de maquinário, equipamentos e pessoal que trabalha na manutenção e recuperação dos logradouros. A pavimentação e o recapeamento das vias públicas são de grande importância para toda a população visto que por elas transita diariamente um grande número de veículos e pessoas. A obra de remoção do pavimento em paralelepípedos existente na Rua Josué Fiorotti e a realização de novo pavimento asfáltico se faz necessária devido às condições atuais do trecho a ser pavimentado. O pavimento de boa qualidade diminui o custo com manutenção de veículos e a possibilidade de ocorrência de acidentes, agiliza o trânsito e reduz a poluição, trazendo melhorias para o meio ambiente e a qualidade de vida da população. Outra questão muito importante nas vias é a drenagem, pois esse sistema é responsável pela captação e escoamento das águas pluviais, evitando assim, transtornos à população como alagamentos e conseqüentes prejuízos, assim como também pode evitar erosão nas áreas próximas às vias.

O sistema de coleta de esgoto sanitário existente na Rua Josué Fiorotti é antigo e atualmente já não atende de forma satisfatória a vazão que é lançada na rede coletora. Além disso, a rede existente foi



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

executada com pouca profundidade, sendo necessária a execução de uma nova rede de captação de esgoto que atenda de forma mais eficiente uma quantidade maior de residências.

Desse modo, essa obra visa proporcionar uma melhor qualidade de vida e segurança aos cidadãos dinamizando assim uma nova infra-estrutura para o desenvolvimento da municipalidade, bem como auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas para melhorar o nível de sanidade aos munícipes e dando habitabilidade a novos empreendimentos sociais, comerciais, industriais e ou de serviços.

Por essa razão a Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura solicita a Construção de Drenagem, Pavimentação e Esgotamento Sanitário nas Ruas Josué Fioroti e Adriana Maioli Rosalém Rocha.

2. DA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS:

Os documentos técnicos anexos, tais como: Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico e Financeiro foram desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura.

3. DA MODALIDADE / REGIME e TIPO DE JULGAMENTO - LICITAÇÃO:

Lei 8666/93, Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia

a) convite - até R\$ 330.000,00

b) tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00;

c) concorrência: acima de R\$ 3.300.000,00;

A modalidade indicada para o certame é a Tomada de Preços.

Tipo de julgamento: menor preço global.

4. PRAZO CONTRATUAL:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

A vigência contratual deverá ser de 08(oito) meses.

5. PRAZO EXECUÇÃO DA OBRA:

Conforme estabelecido no Cronograma Físico e financeiro, a obra deverá ser executada em até 08(oito) meses a partir da emissão de ordem de serviço.

6. LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

DA LOCALIDADE:

Os serviços serão realizados nas Ruas Josué Fiorotti e Adriana Maioli Rosalém Rocha, no Município de Ibiracu/ES.

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

Para efeito de "condição de execução" o município fornecerá à empresa Contratada as informações contendo todos os elementos técnicos necessários para execução da obra, bem como, expedição de "Ordem de Serviço" para cada demanda.

Na ocasião do(s) serviço(s) prevalecerão os descritos na planilha orçamentária, ficando a empresa proibida de executar os serviços não contemplados e caso execute sem autorização da fiscalização, todo o valor gasto ocorrerá por conta da contratada, sem ônus para o município.

A Contratada deverá providenciar todos os equipamentos, ferramentas e mão-de-obra qualificada para a devida execução das atividades pertinentes ao contrato de obras e serviços.

Caberá à empresa mobilizar seu pessoal, ferramental, bem como toda logística necessária no sentido de atender as demandas interpostas pela municipalidade.

A contratada deverá manter no local da obra, durante todo o contrato, o técnico responsável pela execução dos serviços objeto deste termo, em um período não inferior a 15 horas trabalhadas, e sempre que solicitado pela fiscalização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:

Os serviços, para efeito de entrega, deverão ser supervisionados pela fiscalização do contrato, bem como evidenciados com relatórios fotográficos e possíveis relatórios administrativos/técnicos.

7. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Para atestar a correta execução dos serviços prestados, os trabalhos serão avaliados pela fiscalização municipal.

8. DA FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

O Município por intermédio da fiscalização técnico/operacional, mediante término dos serviços, receberá a obra de forma provisória em até 20 (vinte) dias, onde num prazo de até 30 (trinta) dias será expedido o Termo de Recebimento Definitivo.

Mesmo após a expedição do Termo de Recebimento Definitivo por parte da fiscalização, a empresa Contratada não fica isenta de proceder eventuais correções junto aos serviços executados, caso sejam identificadas quaisquer anomalias.

9. DA FISCALIZAÇÃO:

O presente contrato será fiscalizado por 01 servidor público municipal, lotado na Secretaria de Obras, sendo: fiscal titular e que responderá pela fiscalização técnica/operacional.

Assim, passamos a expor abaixo o servidor indicado para responder como Fiscal Técnico/Operacional:

DADOS DOS FISCAIS	Titular	Suplente
NOME:	VITOR GUILHERME B. MOTA	
CARGO/FUNÇÃO:	Engenheiro Civil	
TIPO DO VÍNCULO:	Efetivo	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

10. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO:

Os pagamentos serão realizados mediante "Contra Nota de Empenho de Despesa" face ao "Boletim de Medição" elaborado pela fiscalização do contrato, bem como relatórios internos de fiscalização;

Por se tratar de obra com recursos próprios, a contratante efetuará o pagamento das medições conforme os recursos financeiros disponíveis através de dotação orçamentária do município.

Caberá a empresa contratada informar à fiscalização sobre o andamento dos serviços bem como término dos mesmos para efeito de supervisão e consequente elaboração da medição;

Todo serviço executado, bem como medido, deverá ser evidenciado com fotos;

A empresa Contratada, para efeito de recebimento dos serviços deverá protocolizar a(s) Nota(s) Fiscal(s) decorrentes dos boletins de medição junto ao protocolo geral da Prefeitura, juntando todos os documentos constantes do checklist anexo ao contrato.

O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após as medições, por meio de depósito na conta-corrente da contratada, através de Ordem Bancária, após a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal/Fatura de serviços discriminativa, em via única, devidamente atestada pela Secretaria requisitante, assim como pelo fiscal do contrato;
- b) Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011.
- c) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal; e
- d) Certidão Conjunta perante a Secretaria da Receita Federal, e a Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme IN/SRF nº 574/2005 e CND Estadual e Municipal na sede do Licitante;
- e) No caso de serviços, obras e/ou locações, Boletim de Medição atestado pela Secretaria requisitante juntamente com o fiscal do contrato.
- f) Relatório de Fiscalização.

A apresentação de Nota Fiscal/Fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior implicará na sua devolução à Empresa contratada para regularização, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Considera-se data do pagamento o dia da efetiva entrega da Ordem Bancária na unidade bancária.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, medidos e faturados.

Acompanhar as medições dos serviços procedidas pela CONTRATADA, assinando os Boletins de Medição ou oferecendo, de imediato, as impugnações que julgar necessárias.

Notificar, por escrito, à CONTRATADA, sobre defeitos e irregularidades encontrados na execução dos serviços, fixando prazos para sua correção.

Notificar, por escrito, à CONTRATADA, da aplicação de eventuais multas, de notas de débitos e da suspensão da prestação de serviços.

Observar o cumprimento por parte da CONTRATADA relativo à cessão de mão de obra.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação assumidas.

Respeitar e cumprir as Normas Administrativas em vigor no MUNICÍPIO.

Quanto à execução dos serviços e responsabilidade técnica:

Executar os serviços contratados, de acordo com os Anexos do Contrato, nos prazos e condições pré-estabelecidos.

Elaborar e manter, no local dos serviços, um Relatório de Ocorrências (RDO), em formulário próprio da **CONTRATADA**, com registros das ordens de serviço, anotações de irregularidades encontradas e de todas as ocorrências relativas à execução do Contrato, o qual será feito na periodicidade definida pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

Fiscalização, em 02 (duas) vias, sendo a primeira para o uso do **CONTRATANTE** e a segunda para a **CONTRATADA**, devendo ser assinado conjuntamente pelo representante da **CONTRATADA** e pela Fiscalização do MUNICÍPIO.

Facilitar a ação da Fiscalização, fornecendo informações ou provendo acesso à documentação e aos serviços em execução e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentadas.

Manter um representante credenciado por escrito, por tempo integral, capaz de responsabilizar-se pela direção dos serviços contratados e representá-la perante ao **CONTRATANTE**.

Proceder a medição no período compreendido entre o dia 1º (primeiro) e o dia 30 do mês de competência e emitir os respectivos Boletins de Medição, entregando-os à **CONTRATANTE** a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês seguinte ao da medição.

Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

Responder por qualquer dano ou prejuízo causado ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por ação ou omissão de seus prepostos e/ou empregados, em decorrência da execução dos serviços previstos no instrumento contratual.

Preservar e manter o **CONTRATANTE** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de suas **SUBCONTRATADAS**.

Quanto a pessoal:

A **CONTRATADA** selecionará, PREFERENCIALMENTE MÃO-DE-OBRA LOCAL para execução dos serviços e encaminhará relação contendo o nome e documentos das pessoas contratadas.

Responder pela supervisão, direção técnica, administrativa e mão-de-obra necessárias à execução dos serviços contratados, como única e exclusiva empregadora.

A **CONTRATADA** se compromete a não utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, bem como exigir que a referida medida seja adotada nos contratos firmados com fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, sob pena de rescisão do contrato.

A **CONTRATADA** se obriga, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, a emitir declaração, por escrito, de que cumpriu ou vem cumprindo a exigência contida no item anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

Providenciar a retirada imediata de qualquer empregado seu, cuja permanência no local dos serviços seja considerada indesejável pela Fiscalização, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

A **CONTRATADA** deverá apresentar, sempre que solicitada, a documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados.

Cumprir integralmente os dispositivos legais provenientes de trabalho seguro, inclusive Lei Municipal do Trabalho Seguro nº 1.286/2013.

Quanto à segurança e higiene:

Manter os seus empregados uniformizados, identificados pelo nome ou logotipo da **CONTRATADA** estampado no uniforme e utilizando os equipamentos de proteção individual, quando couber.

Das demais obrigações:

Manter o canteiro com instalações compatíveis, inclusive com escritórios para seus representantes, bem como ambiente adequado para a Fiscalização.

Planejar os serviços de forma a não interferir no andamento normal das atividades desenvolvidas no local e em seu entorno.

Providenciar, às suas expensas, cópias dos elementos que venham a ser necessários, não só para a Licitação e assinatura do Contrato, como também para execução dos serviços.

Matricular os serviços no INSS e entregar à **CONTRATANTE** as guias de recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS, nos termos da legislação específica em vigor. As referidas guias serão acompanhadas de declaração elaborada em papel timbrado da **CONTRATADA**, carimbada e assinada por pessoa legalmente habilitada para tal fim, atestando, sob as penas da lei, que as mesmas correspondem fielmente ao total da mão-de-obra empregada nos serviços contratados.

Manter no local dos serviços um "Diário de Ocorrências", no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc., como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução, por uma das partes. Este Diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela **CONTRATADA**, em todas as vias, ficará em poder da **CONTRATANTE** após a conclusão dos serviços.

Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações Fiscal, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, inclusive os decorrentes de acidentes de trabalho.

Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços.

Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários), exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.

Executar todos os serviços de acordo com as especificações e demais elementos técnicos que integram o contrato.

Utilizar somente materiais, componentes e serviços especializados de fornecedores qualificados.

Não transferir no todo ou em parte, serviços objeto do Contrato, ressalvadas as sub-contratações de serviços especializados, as quais serão previamente submetidas à **CONTRATANTE** para autorização, que não excederá a 25% (vinte e cinco por cento).

Comunicar à Fiscalização e proceder, às suas expensas, as correções necessárias, sempre que ocorrerem falhas, erros ou omissões nos serviços, especificações e demais elementos técnicos que integram o objeto contratado, assumindo a responsabilidade pela correta execução de todos os serviços. Tais correções somente serão efetuadas com a aprovação da Fiscalização.

Quando, por motivo de força maior ou caso fortuito, houver a necessidade de aplicação de material "similar" ao especificado, submeter o pretendido à Fiscalização, para que a mesma possa se pronunciar pela aprovação ou não do mesmo.

Manter permanentemente no local dos serviços, equipe técnica suficiente, composta pelos profissionais habilitados e de capacidade comprovada indicados na relação da equipe mínima, que assuma perante a Fiscalização, a responsabilidade técnica dos mesmos até a sua entrega definitiva, inclusive com poderes para deliberar sobre qualquer determinação de emergência que se torne necessária.

Adotar como prática diária reuniões de DDS (Diálogo Diário de Segurança) devendo se fazerem presentes o(s) Encarregado(s), e demais responsáveis pelos serviços, no intuito de orientar, conscientizar e instruir, tendo como foco SEGURANÇA NO TRABALHO, devendo ainda tais reuniões ser evidenciadas por meio de lista de presença à fiscalização do contrato mensalmente, contendo o assunto abordado nos respectivos dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

Manter no local dos serviços, além da equipe técnica mencionada, auxiliares necessários ao perfeito controle de medidas e padrões, assim como promover às suas expensas e a critério da Fiscalização, o controle tecnológico dos materiais a serem empregados nos serviços.

Facilitar a ação da Fiscalização na inspeção dos serviços, em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa, bem como os documentos comprobatórios que a Fiscalização julgar necessários.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do Contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações.

13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Comprovação de capacidade técnica para obras de construção de Pavimentação, Rede de Drenagem e Rede de Esgoto Sanitário.

A empresa participante do certame deverá apresentar Atestado de **VISITA TÉCNICA** fornecido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU, emitido pela SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA devidamente assinado por responsável da Secretaria, devendo a vistoria ser previamente agendada, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços.

Fica a critério da empresa participante quanto à sua participação na Visita Técnica, onde, não havendo interesse, a mesma deverá proceder declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas com o órgão licitador.

- Não haverá vistoria sem prévio agendamento;

-O agendamento deverá ser marcado **via telefone** (27) 998222745 e pelo endereço eletrônico sec.obras@ibiracu.es.gov.br;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

- A vistoria será até **três dias antes da abertura da licitação**, saindo da Secretaria Municipal de Obras, no dia e horário marcado, de onde partirão para locais passíveis de conhecimento *in-loco* quanto ao objeto a ser contratado;
- A visita deverá ser realizada por representante da empresa, devidamente credenciado, devendo apresentar a credencial assinada pelo representante legal da empresa, acompanhada do contrato social autenticado e RG, não sendo aceitos documentos via fax ou sem autenticação.

14. PROPOSTA DE PREÇOS:

A proposta de preços deverá ser apresentada em uma via, da seguinte forma:

a) Carta de Apresentação da Proposta, contendo:

- 1) Preço Total proposto em algarismos e por extenso;
- 2) Declaração de que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, de qualquer natureza, bem como todas as incumbências a que se refere este Termo de Referência.
- 3) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações disponíveis sobre a contratação, e que se submete inteiramente às suas cláusulas e condições.
- 4) Planilha de Orçamento devidamente preenchida, obedecendo os limites máximos dos preços unitários e taxas fixados na Planilha Orçamentária elaborada pela Secretaria gestora.

15. DAS SANÇÕES:

Segue abaixo as sanções previstas para efeito de descumprimento de contrato:

Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir este Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes multas moratórias:

0,03% do valor total estimado do Contrato, por dia, pelo não cumprimento de exigência contratual ou solicitação da Fiscalização.

0,03% do valor total estimado do Contrato, por dia, pelo atraso no início dos serviços, estabelecido na Autorização de Serviço (AS) emitida pelo **CONTRATANTE**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

0,03% do valor total estimado do Contrato, por dia e por ocorrência, pelo atraso na conclusão dos serviços.

5% sobre o valor do Boletim de Medição (BM) do mês equivalente, no caso de ocorrer paralisação dos serviços, por dia de paralisação.

Multa de 10% do valor do contrato pela recusa injustificada da assinatura do Contrato e Ordem de Serviços.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, de conformidade com art. 87m III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos.

O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 20% do equivalente ao valor total estimado do Contrato.

A **CONTRATANTE**, sem prejuízo da faculdade de rescindir o presente contrato, poderá aplicar à **CONTRATADA** as seguintes multas compensatórias:

5% sobre o valor da fatura do mês equivalente, caso a **CONTRATADA** deixe de apresentar a Guia da Previdência Social (GPS) e/ou a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) ou apresente-as desconforme.

Entende-se desconforme a GPS e/ou a GFIP que não contenha a comprovação de recolhimento das contribuições previdenciárias e/ou de FGTS de todos os empregados da **CONTRATADA** em atuação na execução do Contrato.

0,03% do valor total estimado do Contrato, por dia de atraso no pagamento de seus empregados, após o prazo previsto na legislação em vigor.

A **CONTRATANTE**, sem prejuízo da faculdade de rescindir o presente contrato, poderá aplicar à **CONTRATADA** as multas compensatórias, respondendo ainda a **CONTRATADA** por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do art. 416, do Código Civil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

Pelo descumprimento total do objeto contratual será aplicada, mediante notificação escrita à CONTRATADA, a multa compensatória no valor correspondente a 100% do valor total reajustado.

As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem quaisquer outras previstas em lei ou neste contrato, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar à **CONTRATANTE**, em consequência do inadimplemento de qualquer condição ou cláusula do contrato.

Quando a CONTRATADA for notificada da ocorrência de situação permissiva de aplicação de multa, lhe será garantido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa.

As multas têm como base de cálculo o valor total do Contrato. Salvo especificação em contrário, serão sempre calculadas sobre o valor original do mesmo, independentemente de ter havido alteração durante a vigência.

Em caso de aplicação de multa compensatória, de seu montante deverão ser deduzidos todos os valores recebidos em razão da aplicação de multas moratórias.

Os profissionais indicados pela CONTRATANTE para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional deverão participar da obra ou serviço objeto da contratação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

16. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

O reajuste é utilizado para diminuir o impacto da desvalorização da moeda ou pela análise da variação dos custos na planilha de preços.

O reajuste que visa diminuir o impacto da desvalorização da moeda consiste na utilização de índices setoriais vinculados às elevações inflacionárias, como por exemplo, o IGPM ou IPCA.

O pedido de reajuste pela análise da variação dos custos na planilha de preços, também chamado de repactuação, é cabível para serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra. Sobre esta modalidade de reajuste, cumpre observar o Acórdão 1488/2016-Plenário do Tribunal de Contas da União, onde se reafirmou o entendimento da Corte de Contas de que a repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada apenas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACÚ

Cumpre salientar que o pedido de reajuste, em ambas as situações, somente pode ser utilizado pelo contratado se houver previsão expressa no edital, e apenas será concedido após 01 (um) ano a contar da data da proposta ou do orçamento.

17. DO VALOR ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Conforme Planilha Básica Orçamentária, o valor estimado para a referida despesa é de R\$ 1.415.980,39 (Um milhão, quatrocentos e quinze mil, novecentos e oitenta reais e trinta e nove centavos).

A dotação orçamentária para execução do objeto desse termo de referencia ocorrerá com os seguintes recursos:

Conveniente – Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEDURB – R\$ 1.415.980,39.

Convênio: 036/2020

Processo Administrativo nº 88564843

Proposta SIGA nº 0001/2020

18. DA SUBCONTRATAÇÃO:

É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto, **salvo autorização expressa da CONTRATANTE**, que não excederá a 25% (vinte e cinco por cento).

19. DA CONCLUSÃO:

Todo entulho proveniente da obra será removido por conta da empresa executante;

Todo o material empregado na obra deverá ser de excelente qualidade;

Quaisquer danos causados aos materiais retirados para posterior reinstalação correrão por conta exclusiva do executor da obra;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU

Os quantitativos de serviços discriminados na planilha orçamentária e as orientações contidas neste Termo deverão ser seguidos à risca;

A mão-de-obra deverá ser especializada;

Não serão aceitos outros tipos de qualidades, que não sejam as especificadas na planilha e no memorial descritivo;

A obra deverá ser entregue livre de quaisquer resíduos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

ANEXO XII

MODELO DA PLACA PADRÃO DA PMI

CONFORME CLÁUSULA SEXTA DA MINUTA DE CONTRATO, é obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização do CONTRATADO para início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

O MODELO DEVERÁ SER CONFORME DESCRITO NO MEMORIAL DESCRITIVO.

TELEFONES DE CONTATO – (27) 3257- 0585

FAVOR FAZER REFERÊNCIA AO N.º DO EDITAL .



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU

ANEXO XIII

DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

<p>ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG)</p> <p>AC + RLP ILG = ----- PC + ELP</p> <p>AC - ATIVO CIRCULANTE PC - PASSIVO CIRCULANTE RLP - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO ELP - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</p> <p>ILG = ou maior que: 1,00</p>		<p>INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC)</p> <p>ILC = $\frac{AC}{PC}$</p> <p>ILC = ou maior que: 1,00</p> <p>GRAU DE ENDIVIDAMENTO (GE)</p> <p>PC + ELP GE = ----- AT</p> <p>PC - PASSIVO CIRCULANTE ELP - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO AT - ATIVO TOTAL</p> <p>GE = ou menor que: 0,50</p>
<p>DATA</p> <p>—/—/—</p>	<p>EMPRESA</p>	<p>QUALIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU

ANEXO XIV

PROJETOS BÁSICOS

OS PROJETOS DEVERÃO SER RETIRADOS NA SALA DE LICITAÇÃO DA PMI.

TELEFONES DE CONTATO – (27) 3257-0504.

A EMPRESA LICITANTE CASO QUEIRA RETIRAR DEMAIS INFORMAÇÕES E PROJETOS DEVERÁ TRAZER CD OU DVD PARA GRAVAR.

AS SOLICITAÇÕES TAMBÉM PODERÃO SER FEITAS ATRAVÉS DO E-MAIL:
LICITACAO.IBIRACU@GMAIL.COM

FAVOR FAZER REFERÊNCIA AO N.º DO EDITAL.